

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO  
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**JULIANA ROMANO**

**RE-LEITURA DA PAISAGEM NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LINHARINHO SOB A ÓTICA DA TEORIA DA  
PERCEPÇÃO: período entre a chegada do eucalipto e o ano de 2005**

**VITORIA**

**2008**

JULIANA ROMANO

RE-LEITURA DA PAISAGEM NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LINHARINHO SOB A ÓTICA DA TEORIA DA PERCEPÇÃO: período entre a chegada do eucalipto e o ano de 2005

Monografia submetida ao Curso de Graduação de Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Geografia.  
Orientador: Prof. Paulo César Scarim.

VITORIA  
2008

**JULIANA ROMANO**

**RE-LEITURA DA PAISAGEM NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LINHARINHO SOB A ÓTICA DA TEORIA DA PERCEPÇÃO: período entre a chegada do eucalipto e o ano de 2005**

Monografia submetida ao Curso de Graduação de Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Geografia.

Aprovada em 28 de outubro de 2008.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Profº Drº Paulo César Scarim  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientador

---

Profª. Drª. Ana Lucy Oliveira Freire  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Profº. Msc. Maurício Sogame  
Universidade Federal do Espírito Santo

Aos inocentes que morreram em lutas  
inglórias pela liberdade.

Aos Negros Rugérios, aos Cassianos,  
Nascimentos, Gomes, Da Horas, aos  
Santos e Domingos, que através da nossa  
história não esqueceremos jamais...

A Comunidade Quilombola de Linharinho.

## AGRADECIMENTOS

Ao Profº Scarim por ter me apresentado o Projeto Territórios Quilombolas/INCRA e acreditado na minha capacidade em participar das pesquisas. Pelo direcionamento e reflexões no âmbito da geografia comprometida e articulada com as comunidades quilombolas e camponesas nos últimos anos da graduação e pela compreensão e paciência na Orientação da monografia.

Aos meus amados pais por terem investido nos meus estudos até aqui da melhor forma possível. A minha mãe pelos esforços sem medida, por me desobrigar tantas vezes das minhas responsabilidades e por entender meus isolamentos nos últimos domingos. Ao meu pai que mesmo com febre (que depois descobrimos se tratar de malária) topou, juntamente com meu irmão Diogo minha cunhada Vanessa, pegar estrada e ir comigo a campo.

A tia Ana Maria Sabino pelo companheirismo e Rosa Ribeiro pelas palavras de encorajamento, às duas agradeço também pela revisão do texto. A Ana Maria Leite pelas correções e dicas e Idelvon Poubel pelos encontros no restaurante e pelos conselhos em tornar tudo muito “geográfico”. A família Brunoro pela incentivo e ensinamentos. A Tereza Fernandes e Taiana Guizardi pela companhia das últimas madrugadas, amigas que só por estarem presentes num momento solitário como a redação, me motivaram a seguir em frente. Wanessa e Antônio pelos aprendizados durante os trabalhos de campo nas comunidades quilombolas do sul do Estado. Aos amigos de graduação Daniele Gonçalves, Simone Saiter e Viviane Martins (o nosso “quarteto fantástico”) pelo crescimento pessoal e aperfeiçoamento acadêmico que alcançamos, juntas, ao logo da graduação - e por se tornarem grandes amigas. A Eldon Gremlich, Roberto Vervloet e Pablo Lyra que, na época do projeto Quilombos, tornaram incomparavelmente divertidas as tardes no Laboratório de Humanas. A equipe técnica do Projeto Territórios Quilombolas de Linharinho e Monte Alegre que contribuíram para um olhar mais apurado de pesquisa e pelos momentos agradáveis que passamos juntos em campo,

sobretudo a Simone Raquel Batista Ferreira e Adriano Elisei Silva. A Dudu “teixeirinha” pelas discussões “epistemologicamente geográficas” na Biblioteca Central. Ao Profº. Boudou pelas longas conversas e pelo último abraço.

A todos os que não agüentam mais que eu pronuncie a palavra “monografia”, obrigada por entenderem minhas ausências (Karol, Lídia, Dani e Edinha... terminei!).

Ao único que satisfaz minha alma, meu Pai, Senhor e Mestre que tornou tudo isso possível, Jesus Cristo.

*“Porque dele, por meio dele e para ele são todas as coisas”. (Romanos 11:36a).*

“Sonhamos antes de contemplar. Antes de ser um espetáculo  
consciente toda paisagem é uma experiência onírica”.

Gaston Bachelard

## RESUMO

Utiliza a paisagem como categoria de análise geográfica no estudo das relações presentes entre os habitantes da Comunidade Quilombola de Linharinho e o ambiente histórico e cultural em que vivem. Ambiente, este, ameaçado pela invasão da monocultura de eucalipto que, desde a década de 1960, se faz presente no território, modificando o modo de vida e comportamento dos quilombolas. O resgate do sentimento dos habitantes em meio às mudanças ocorridas se deu através de relatos, entrevistas e trabalhos de campo, realizados, sobretudo, durante o Projeto Territórios Quilombolas/INCRA, no período de dezembro de 2004 a setembro de 2005. Os depoimentos demonstram que, apesar dos conflitos com a empresa responsável pela monocultura e dos impactos ambientais, sociais e culturais que o plantio desordenado provocou (e provoca), a população de Linharinho resiste, ainda que tenha sido necessário mudar drasticamente a relação de uso do espaço. O apego à terra dos antepassados é um elemento indispensável na compreensão desta relação e é o ponto de partida dos estudos desta pesquisa.

Palavras-chave: Paisagem – Percepção - Quilombo

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. UM OLHAR SOBRE A PAISAGEM .....</b>	<b>12</b>
<b>3. POR TRÁS DO PRIMEIRO OLHAR SOBRE LINHARINHO.....</b>	<b>18</b>
3.1. A COMUNIDADE: história congelada e história viva .....	21
3.1.1. Rio .....	27
3.1.2. Estrada e caminhos .....	35
3.1.3. Eucalipto .....	38
3.1.4. Mata .....	44
3.1.5. Núcleos Familiares .....	46
3.1.6. Igreja .....	47
3.1.7. Dendê e Pedra de Curisco .....	49
3.1.8. Roça de Mandioca .....	55
3.1.9. Fornos de Carvão.....	58
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>62</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>64</b>
<b>6. APÊNDICE .....</b>	<b>67</b>
<b>7. ANEXO.....</b>	<b>85</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Os sentidos nos fazem ter acesso ao mundo. É através dos olhos, das mãos e dos ouvidos que firmamos as primeiras idéias a respeito da vida. Antes de qualquer conceito formado e transmitido, antes de qualquer ideologia, simbolismos culturais e regras sociais, as sensações nos dão a primeira impressão sobre a qual construiremos toda a nossa rede de relações com a realidade.

A paisagem é o “lugar” onde a realidade é percebida. Essa paisagem pode ter várias facetas e interpretações, de acordo com as sensações que provocam. Essas sensações evocam o passado, os prazeres, sonhos, mitos e fantasias de cada um, de forma que cada um pode fazer uma leitura diferente daquilo que está percebendo.

Porém, longe de ser um objeto apenas do campo das idéias, segundo Merleau-Ponty (1994), o mundo percebido - experimentado pelas sensações - provoca reações aos estímulos dados no cotidiano, que, por sua vez, ocorrem numa *consciência*, já que levam a atitude que respondem a eles. Nesse ponto, sensação e razão se cruzam e modificam, através da ação, o espaço imediato.

De fato, os seres humanos em geral possuem percepções comuns se tomarmos por base o estudo da genética humana, porém, a maneira de perceber e avaliar certo espaço varia entre pessoas e grupos sociais. Apesar disso, uma pessoa pode “entrar no mundo da outra” (TUAN, 1980) ou na realidade de um grupo do qual se difere, a fim de compreender os fatores culturais que determinam a visão de mundo do grupo em questão.

Este trabalho é uma tentativa de entrar no universo cultural de um grupo, a saber, a Comunidade quilombola de Linharinho, buscando compreender a forma como se relaciona com o espaço, a partir da percepção dos próprios habitantes. Os relatos a respeito desse tema abrangem tempos antigos (alcançados pela memória dos mais velhos) e atuais, a fim de observar a forma como eles mesmos avaliam a mudança do cotidiano da Comunidade, após a inserção da monocultura de eucalipto pela Aracruz Celulose, que representou o marco das principais mudanças que ocorreram na região até então.

Este assunto é de grande importância já que trata de mudanças recentes no panorama agrário brasileiro, quando inseriu o quilombola como agente de direito das terras que lhes pertencem.

Sendo recente, há poucos estudos que abordem esse tema, sobretudo, na perspectiva da teoria da percepção. A discussão do conceito de paisagem, dentro dessa abordagem, resgata essa relevante categoria geográfica, que, nas palavras de SANTOS (2002) é a “história congelada”, mas participa da “história viva” através das formas cristalizadas deixadas por gerações anteriores, pois essas formas “realizam no espaço [atual], as funções sociais”. Essa discussão é essencial para o melhor entendimento das relações de *topofilia* na Comunidade a que o presente estudo se refere.

Num primeiro momento aprofundarei o conceito de paisagem, pois a quase totalidade dos autores pesquisados para este trabalho utilizam essa categoria de análise. No segundo capítulo farei a contextualização da comunidade no cenário estadual, no que tange aos aspectos religiosos, atividades econômicas e relações sociais, baseado nos levantamentos de dados feitos durante o Projeto Território Quilombola, realizado pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) em parceria com a UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES), da qual fui estagiária.

Durante o projeto realizou-se pesquisa documental e bibliográfica, trabalho de campo e entrevistas diversas com os habitantes de Linharinho, buscando resgatar a história através da memória oral, a fim de reconstruir e recontar a história dos negros da região. Esses dados se tornaram importante fonte de pesquisa, pois, além da omissão na história oficial da versão contada pelos escravos, não há mais documentos suficientes que se refiram ao período da escravidão, uma vez que, com a resolução, em 1890, do então Ministro da Fazenda Rui Barbosa foi ordenado a “queima e destruição imediata” de todos os papéis, livros e documentos existentes referentes à história do negro em solos brasileiros “por honra da pátria” (AGUIAR, 2007). Dessa forma a memória oral constitui instrumento de pesquisa fundamental no processo de conhecimento social e transformação espacial ao longo dos últimos 100 anos. Segundo COSGROVE, 1999, “as relações sociais da memória são a memória das relações sociais, e são poderosamente importantes na constituição da identidade e do lugar”.

Minha participação, juntamente com os demais estagiários, foi efetiva, visto que a equipe técnica nos proporcionou a oportunidade de interagir diretamente com a comunidade e participar de todo o processo de elaboração do Relatório. Dessa forma, pudemos acompanhar de perto o trabalho de todos e aprender, na prática, muito do que nos foi ministrado durante o curso e lido nos livros.

As fotos deste trabalho foram tiradas em abril de 2008, em último campo realizado, desta vez, individualmente. As fotos têm características mais “intencionais”. Através delas procurei enfatizar aspectos que levassem o leitor a perceber os sentidos ou a “alma do lugar”, mais do que, simplesmente, ilustrar os elementos de paisagem. Algumas fotos ainda poderão ser acrescentadas futuramente para auxiliar na compreensão da pesquisa.

Para o presente estudo, a experiência no Projeto “Territórios Quilombolas” foi fundamental e é a principal fonte bibliográfica referente aos dados que dizem respeito à Comunidade de Linharinho.

## 2. UM OLHAR SOBRE A PAISAGEM

As discussões conceituais no campo da Geografia nem sempre são consensuais, mesmo entre os mais ilustres geógrafos sejam eles contemporâneos ou não. O mesmo ocorre com conceitos relacionados às principais categorias geográficas, tais como “espaço”, “território”, “região”, “lugar” e “paisagem”. Eles variam no tempo e espaço, na tentativa de acompanhar as mudanças que se dão socialmente.

A categoria de paisagem, no entanto, perdeu ao longo da história a conotação rigorosamente científica, caindo “nas graças do povo”, se tornando senso comum. Com isso, a vulnerabilidade dos usos fez com que o termo passasse por constantes processos de ressignificação a fim de melhor utilizá-lo no contexto acadêmico.

O termo foi traduzido do alemão *Landschaft* e, a princípio, significava “uma região de dimensões médias, em cujo território desenvolviam-se pequenas unidades de ocupação humana” (MAXIMILIANO, 2004). A partir do Iluminismo, por sua vez, lhe foi aferido o aspecto artístico e o significado passou a abranger também a idéia de “objeto de pintura” (CARNEIRO, s/d). Na França, durante a Idade Média, o termo designado para se referir à paisagem era *paysage* e se aproximava do sentido do original *Landschaft*, ou seja, considerava “os arredores, com uma conotação espacial delimitada e delimitante” (MAXIMILIANO, 2004). Na Renascença francesa, ainda, foi também, como na Alemanha, associada à estética, sobretudo representada pelo que ficou conhecido como “jardins à francesa”, os quais iam para além da simples idéia de prazer e beleza, mas escondiam a intenção de supremacia e dominação, se tornando um

recurso de abstração utilizado pela aristocracia para exprimir autoridade e poder, através das formas simétricas e ordenadas que convergissem para um eixo principal.

Nos Estados Unidos, onde a escola da Geografia Cultural começou a se estruturar – a partir dos estudos de Carl Sauer, na primeira metade do século XX - e o uso da categoria de paisagem se tornou chave, o termo foi traduzido como *Landscape*. Em Italiano, no original, *Parerga* se refere a “cena pastoril de riachos e colinas cobertas com trigais” (CARNEIRO, s/d). Entretanto, no Ocidente, a origem do conceito de “paisagem” tem raízes na cultura, ou seja, nas modificações, intencionais ou não, que o homem faz no espaço de acordo com as crenças, mitos e necessidades determinadas pelo comportamento dos grupos sociais. Em chinês, “paisagem artística” é *shan shui*, que significa “montanha e água” (TUAN, 1980). O termo artístico ganha roupagem geográfica à medida que se refere a termos morfológicos e a dois eixos, a saber, vertical e horizontal, “abstraídos da justaposição de montes íngremes e de planícies aluviais que são características da topografia chinesa”.

Na escola paisagística atual, no âmbito da Geografia, a paisagem recebe conotação cultural, no qual a arte, a religião e o imaginário em geral são produtores deste campo de significação do mundo. É daqui que a compreensão geográfica deve insistir “*sobre o sentido dos lugares, sobre a importância do vivido, sobre o peso das representações religiosas*” tornando indispensável um estudo aprofundado das realidades culturais. (CLAVAL *apud* MACIEL, 2001)

Segundo Merleau-Ponty (1994), a racionalidade é “exatamente proporcional às experiências nas quais ela se revela”, de forma que é assistida na conexão das experiências. Dessa forma, o “sentir” não está no campo, simplesmente, do subconsciente “inerte”, como é muitas vezes concebido, mas é ativo, provocativo e dinâmico.

Então, ao longo da história, o conceito de paisagem vagueia entre conotações artísticas e geográficas. Essas significações se diferenciam entre povos distintos, mas a base na qual se sustenta parece não se deter a fronteiras

culturais. A paisagem é o riacho e o objeto de pintura, a montanha e o artefato de prazer; ela atrela forma e comportamento (no sentido cultural): jardins e dominação dos súditos, é a relação entre rio e fronteira. Fragmentar o conceito em áreas distintas do conhecimento é uma tarefa difícil, já que não é possível fragmentá-la sem o risco de perder o real significado da palavra. Isso porque a paisagem, sendo composta por aspectos sensitivos, remete a respostas concretas que implicam em modificações no ambiente a partir das emoções e da razão humana.

Portanto, a cientificidade não se perde diante da constatação das emoções humanas enquanto sujeito de intervenção. Pelo contrário, com esta constatação, os universos de símbolos se cruzam. Cada um com seus próprios códigos: a ciência com os seus, os indivíduos com os seus (MERLEAU-PONTY, 1994). Eles não se anulam, mas se interdependem, de forma que são entendidos, um a partir do outro, mutuamente.

Sendo assim, todo conhecimento para ser concebido depende, *a priori*, das “impressões” para que lhe abram-se os horizontes das indagações e do saber (MERLEAU-PONTY, 1994). Essas impressões requerem “sensações”, que nada mais são do que a forma como o indivíduo é afetado por determinada situação ou paisagem ou o “se experimentar existente no ato de apreender algo” (KANT, apud MERLEAU-PONTY, 1994).

A concepção de paisagem no âmbito cultural, contudo foi primeiramente desenvolvida no final do século XIX por Alexander Von Humboldt, considerado o “pai da Geografia”, devido às observações e descrições que fez dos lugares por onde passou em inúmeras viagens que fez pelo mundo.

Contrariando as interpretações que sustentam a Geografia como uma ciência física e puramente naturalista/biogeográfica em sua origem, sobretudo a partir da análise vertical da paisagem, AMORIM FILHO (1998) traz uma análise diferente das obras de Humboldt. Ele as analisa com base nas influências que o também chamado “pai da Geografia” sofrera para elaboração dos estudos de pensadores inseridos juntamente com ele no contexto

histórico entre o final do século XVIII e início do século XIX, marcado fortemente pelo Idealismo alemão pós-Kantiano – caracterizado pela exaltação à arte, e do movimento Romântico, que procurava resgatar a unidade perdida entre homem e natureza, fortemente difundidos por toda Europa.

Personagens ilustres como Johann Wolfgang Goethe (“maior nome da literatura alemã”) e Bernardin de Saint-Pierre (literato e renomado pintor francês) e companhias como a de Jean-Jacques Rousseau e François-René de Chateaubriand (político, viajante e literato) tiveram grande influência sobre os estudos de Humboldt. Além desses, pensadores idealistas como Hegel e Herder tiveram grande influência sobre o pensamento humboldtiano.

O que todos esses pensadores tinham em comum era considerar a arte como instrumento importante de manifestação da atividade humana, capaz de ser analisada sob a ótica científica da época. Eles, impregnados de todo sentimentalismo e subjetividade, próprios do período histórico em questão – em que a paisagem está relacionada diretamente à contemplação, solidão e melancolia - foram de suma importância para a consolidação dos alicerces da Geografia. Sendo assim, as primeiras conclusões humboldtianas da paisagem aparecem, além do conteúdo descritivo da natureza (sobre os quais o naturalista Buffon e o botânico Willdenow tiveram grande participação), mas carregadas de um romantismo clássico, contendo parte da poesia e dos sentimentos que pressupunham sua própria percepção dos locais por onde passava.

Em vários momentos das obras que escreveu, Humboldt lançou mão de termos e reflexões que vão além da observação acadêmica, que traduzem sentimentos de contemplação e deleite. Em um dos volumes de *Quadros da Natureza*, o geógrafo faz a seguinte interpretação da paisagem:

“As plantas doentias, encerradas em nossas estufas, não representam senão muito incompletamente a majestade da vegetação tropical; mas, na perfeição da linguagem, na brilhante fantasia do poeta, e na arte imitadora da pintura, há

um manancial abundante de compensações onde a nossa imaginação pode encontrar as imagens vivas da natureza exótica.” (HUMBOLDT apud AMORIM FILHO, 1998)

A consideração feita pelo autor une elementos subjetivos a outros científicos, o que chama a atenção. Os elementos subjetivos aparecem relacionados à figura do literato, do poeta e do pintor, como se para descrever a paisagem fosse necessário análises que extrapolassem as classificações acadêmicas da botânica, não sendo elas suficientemente abrangentes para tanto. Facilita o entendimento o fato de se tratar do período pré-positivista, que ainda admite a associação entre razão e emoção, sem a qual não há crivo para uma análise espacial que leve em conta pessoas que interajam com esse espaço.

No livro *Cosmos*, a respeito da estruturação dos capítulos, o autor expressa essa dicotomia da seguinte forma (HUMBOLDT *apud* AMORIM FILHO):

“Nós passamos da esfera dos objetos exteriores à esfera dos sentimentos. No primeiro volume, nós expusemos, sob a forma de um vasto quadro da natureza, o que a ciência, fundamentada em observações rigorosas e liberada das falsas aparências, ensinou-nos a conhecer dos fenômenos e leis do universo. Mas, esse espetáculo da natureza não seria completo se não considerássemos como ele se reflete no pensamento e na imaginação predispostos às impressões poéticas. É todo um mundo interior que, então, se revela a nós.”

Dessa forma o autor reafirma a importância da subjetividade na interpretação de fenômenos naturais cientificamente comprovados, como se a profundidade dos elementos científicos fosse validada apenas quando apropriada pelo subconsciente e como se a ciência por si só não fosse suficiente para interpretar o universo do homem, visto que este é matéria e percepção, razão e sonho, realidade e devaneio e necessita da poesia e da arte (em suas várias ramificações) para se relacionar com lugar em que vive, ou seja, se espacializar.

Pensamentos como esse contribuíram de maneira significativa para a estruturação do pensamento de diversos pesquisadores que ultrapassa os domínios de sua época e da sociedade em que viveu. As pesquisas realizadas por

Humboldt tiveram ressonância em diversas áreas do conhecimento, como na Antropologia de Franz Boaz (ALVES, 2005). Novamente, neste caso, o que os liga é o fato de que o elemento essencial para Humboldt no exercício da observação era contemplação da paisagem, a qual “não poderia ocorrer de maneira fria, sem emoção. Pelo contrário, a natureza é para ser observada com os sentimentos, isto é, contemplada da forma mais prazerosa possível; para isso é preciso que o observador deixe fluir toda a sua sensibilidade.” (ALVES, 2005)

Ainda em *Cosmos*, no qual intitulou um dos capítulos de “Considerações sobre os diferentes graus de prazer que oferecem a fisionomia da natureza e o estudo de suas leis”, Humboldt ressalta também o “poder calmante” da natureza, de horizontes que “suavizam a dor e acalmam as paixões quando a alma é agitada em suas profundezas”. (HUMBOLDT, *apud* AMORIM FILHO, 1998). Ele enfatiza o sentimento da natureza, o sentir, em todas as suas variações, seja através do olfato, paladar, do tato, da audição e da visão.

Dessa forma, Humboldt demonstra se preocupar com a função da percepção como parâmetro de análise espacial objetiva – ainda que baseado em elementos subjetivos/imateriais – de apropriação deste.

Esse parâmetro foi denominado de “Topofilia” pelo geógrafo chinês Yi-fu Tuan e se refere aos laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material, podendo ser um sentimento gerado pela estética, ou seja, pela apreciação superficial da paisagem, ou ainda pelo tato – o deleite de sentir os elementos espaciais por meio de contato mais aberto, fazendo história e produzindo lembranças mais intensas sobre ao lugar. (TUAN, 1980)

Para melhor entender essa diferença vale comparar a experiência do turista ao do habitante: para o primeiro a paisagem existe quando momentaneamente aparece diante dele. Não existe nada mais profundo que atrele o mero turista observador à paisagem. Esta se torna mais pessoal e duradoura quando se experiencia ou quando existe uma

relação de dependência com o ambiente. “O turismo tem uma utilidade social e beneficia a economia, porém não une o homem à natureza.” (TUAN, 1980)

Por outro lado, o apego à terra do pequeno agricultor é profundo, pois a natureza se torna parte deles. “Os músculos e as cicatrizes testemunham a intimidade física do contato.” (TUAN, 1980). Existe uma relação intrínseca entre o próprio corpo físico do agricultor que o lembra constantemente da roça. Da mesma forma, as lembranças mais antigas e o estado de ânimo dependem também da terra onde se manifestam as relações culturais e das colheitas que podem acarretar sentimentos de tristeza ou alegria. Dessa forma o homem do campo possui uma relação de amor e ódio com a terra, uma relação consciente e concreta que não é apenas orientada pela apreciação estética, mesmo esta estando presente.

### **3. POR TRÁS DO PRIMEIRO OLHAR SOBRE LINHARINHO**

“Duas pessoas não vêem a mesma realidade” (TUAN, 1980), de forma que existem várias visões a respeito de uma mesma paisagem. No caso de Linharinho, que fica na Estrada para a vila de Itaúnas, município de Conceição Barra, passam por ali, por exemplo, os habitantes da Comunidade, funcionários da Aracruz Celulose que trabalham na região, e um grande fluxo de turistas em épocas de temporada em direção à costa. Para o habitante que nasceu na

Comunidade, a terra, onde seus antecedentes estiveram desde tempos antigos, possui significado que se sobressai ao simples valor estético - ela tem valores que liga o habitante ao passado, às tradições e à sobrevivência. Para os funcionários, a terra é o meio que têm de receber um salário pelo serviço. O transeunte, que utiliza apenas o caminho para chegar à Itaúnas, pode olhar a vegetação verde, homogênea e simétrica, característica da monocultura de eucalipto, e achar bonito, sem ter conhecimento mais aprofundado das relações que ali ocorrem.

A consideração a respeito dos sentimentos e percepções dos sujeitos dessas relações é uma suposição mas indica o nível de envolvimento que, normalmente, há entre diferentes atores e uma mesma porção da paisagem, no caso, Linharinho. Isso porque o ser humano responde ao mundo de várias maneiras, além daquelas que correspondem aos cinco sentidos – visão, audição, olfato, paladar e tato. Quando há uma relação histórica com a terra e dela dependem a alimentação, a moradia, a saúde, o lazer, ou seja, quando a vida está intimamente ligada a terra, existem sensibilidades, que vão além da sensibilidade puramente emocional - como estar sensível à mudanças de umidade e possíveis ocorrências de chuva e períodos de estiagem, o sentido apurado de direção em meio a uma paisagem homogênea (TUAN, 1980) - e que levam os habitantes a conversarem com a paisagem, como que entendendo o que o ambiente está querendo dizer, desfrutando do mesmo de forma harmoniosa. Ao contrário do funcionário da empresa, que, apesar de vivenciar a terra, se relaciona com ela apenas na esfera do salário, sem que tenha uma ligação ou a preocupação de zelar pela conservação da mesma, visto que a dependência dele está na empresa e não propriamente na terra pois ela não lhe pertence, de forma que se os recursos se esgotarem ele procuraria outro emprego; ou do transeunte que apenas vê a paisagem de maneira estética e superficial, numa mistura de apreciação e estranhamento, sem criar raízes ou se envolver emocionalmente com ela. Como exemplifica Tuan:

“Podemos ver, através da janela de um ônibus com ar condicionado, que a favela é feia e indesejável, mas o quão ela é indesejável atinge-nos com pungente força somente quando abrimos a janela e recebemos uma lufada dos

esgotos pestilentos. Uma pessoa que simplesmente 'vê' é um espectador, um observador, alguém que não está envolvido com a cena. " (TUAN, 1980)

A citação é um exemplo metafórico, visto que não se trata da mesma paisagem aqui estudada. Contudo, traduz de maneira clara a forma diferenciada e por vezes abstrata que um não-morador (ou habitante) pode ter de uma mesma porção espacial, e a importância da aproximação com o habitante para enxergar a realidade partindo da compreensão do próprio habitante. Agora sim seria possível, de certa forma, sentir "a lufada dos esgotos pestilentos" também em Linharinho, não exatamente através do olfato, mas a partir da compreensão do significado da terra para os quilombolas, que se configura através do enraizamento histórico à terra que lhes fora roubada como também entender as dinâmicas sociais ali presentes o que, de fato, imprimem no local as lembranças e lutas de uma cultura que resiste em meio a um vasto vazio verde e de forma a entender que a terra não é vista por eles apenas como objeto de trabalho, nem como uma mercadoria, mas "é a condição de reprodução do grupo social, é onde se produz o trabalho, é o que permite a reprodução das relações sociais" (SALOMÃO, 2006).

A própria visão do cientista ou pesquisador é diferenciada. Porém, qualquer um dos atores poderia entrar um no mundo do outro (TUAN, 1980). Para entrar na realidade dos quilombolas de Linharinho torna-se necessário distinguí-los dos demais atores sociais. À procura da identidade de Linharinho partiremos pela via das relações sociais que se dão naquele espaço e na forma como se constituíram espacialmente.



FOTO: JULIANA ROMANO

*Foto 1: Dona Gessi na janela.*

*Essa foto foi tirada durante o ritual religioso de lavagem de Santa Bárbara, em abril de 2008. Ela ilustra bem o foi dito, a saber, que a janela representa a visão de mundo de alguém, uma vez que é através dos olhos que o mundo se descortina lá fora. Sendo assim, tudo o que é visto do lado de fora, passa pelo crivo das dimensões da janela, de forma que, é através do ambiente interno da casa se analisa os elementos externos a ela. Da mesma forma, a cultura é a janela (ou a lente) pela qual um grupo enxerga o mundo. No caso de Linharinho, a religião está fortemente arraigada às práticas e crenças religiosas, como será visto.*

### 3.1. A COMUNIDADE: história congelada e história viva

Linharinho é uma comunidade quilombola, localizada no município de Conceição da Barra, no extremo norte do Estado do Espírito Santo (*vide mapa 1*). Comunidade tradicional que, segundo Diegues (*apud SALOMAO, 2006*), se caracteriza pela “dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida”. Dessa forma, tanto a subsistência como a identidade do grupo social e

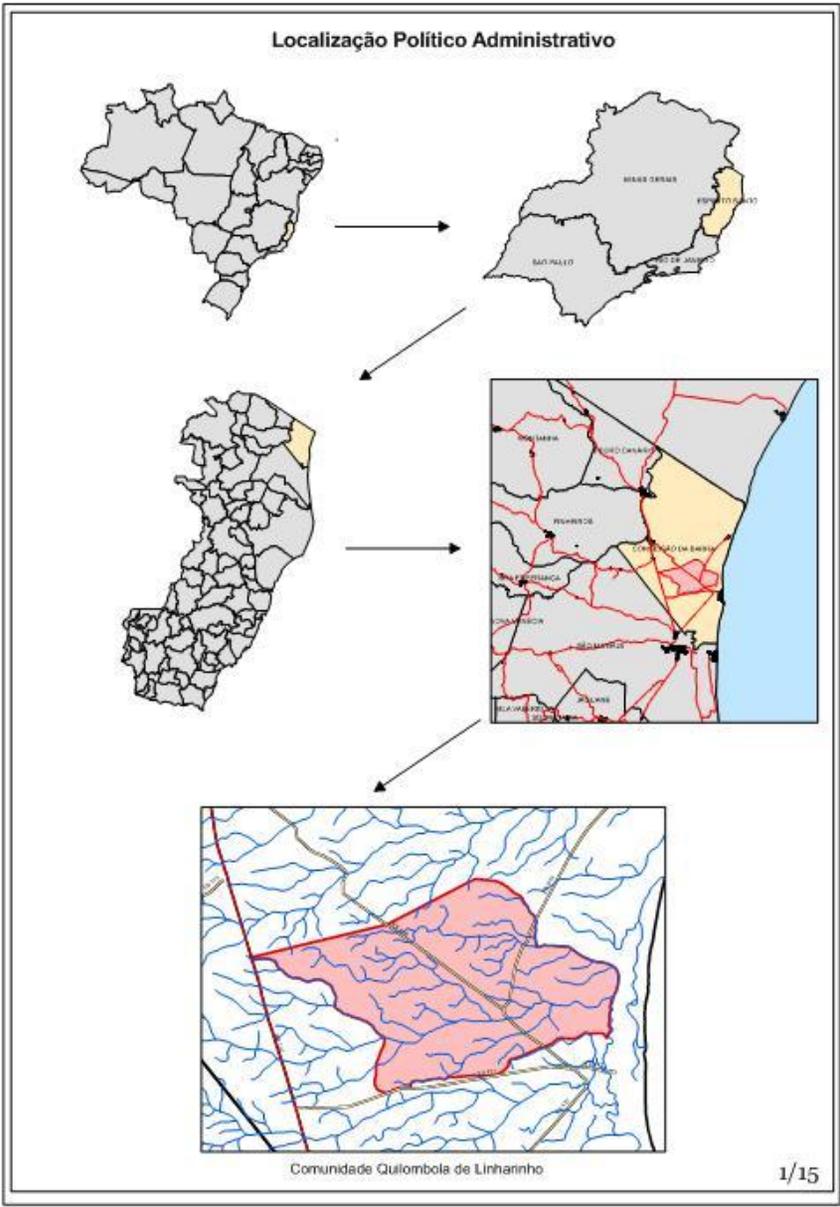
os valores simbólicos que caracterizam culturalmente a população estão intrinsecamente ligados aos elementos naturais ali presentes que, no neste estudo, serão tratados como elementos de paisagem.

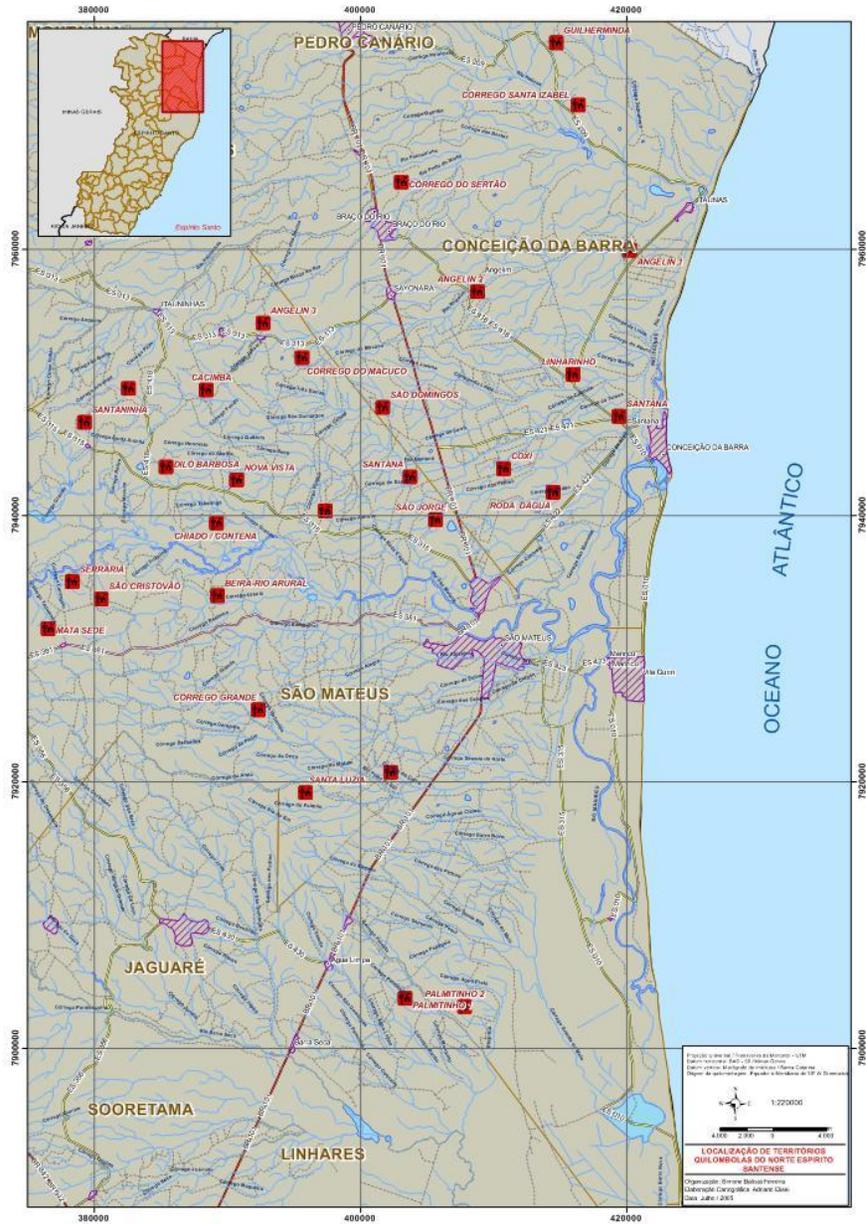
A porção litorânea ao norte do rio São Mateus - Norte do Estado - é conhecida como Região do Sapê e está repleta de outras comunidades quilombolas cujas histórias se cruzam umas às outras, uma vez que algumas delas fizeram parte do mesmo núcleo que originou a Comunidade de Linharinho, a saber, o “Quilombo do Morro”, formada durante o período escravista (*vide mapa 2*).

O rio São Mateus (antes, rio Cricaré) era uma importante via de comercialização no século XVIII. O porto se destacava pela venda de farinha de mandioca e por nele desembarcarem grande parte dos negros que vieram para o Brasil, atraindo interessados de várias regiões brasileiras à procura de mão-de-obra para as fazendas. Foi aí que desembarcaram também os antigos protagonistas e fundadores do que é hoje a Comunidade de Linharinho, bem como comunidades vizinhas que compuseram o povoado de Sant’Ana no Quilombo do Morro.

A paisagem atual do Norte encontra-se, por sua vez, bem diferente do cenário rural que marcou o século XVIII e XIX: de uma base econômica agrícola de subsistência para outra firmada na monocultura e na industrialização. O que se vê são rios de eucalipto sobre brejos e nascentes, “bosques do silêncio” (GALEANO *apud* SALOMAO, 2006) ocupando quintais de antigas casas e cemitérios de escravos, mudanças que se deram a partir do final da década de 60, durante o regime militar, se efetivando com os Grandes Projetos, quando a empresa Aracruz Celulose se instalou no país. A começar pelo trajeto a partir da capital do Estado, Vitória, é possível observar que ao longo da BR-101 e da ES-080 a partir do município de Aracruz, a paisagem dominante é a vasta monocultura de eucalipto que permeia as margens da estrada e cobre a extensa Zona Costeira do Norte do Estado em quase todo o percurso até o Sul da Bahia.

“Os bosques nativos abrem espaço para os bosques artificiais. A ordem, a ordem militar, a ordem industrial, triunfa sobre o caos natural. Parecem soldados em fila, os pinheiros e eucaliptos de exportação que marcham rumo ao mercado internacional. Fast food, fast wood: os bosques artificiais crescem num instante e vendem-se num piscar de olhos. Fontes de divisas, exemplos de desenvolvimento, símbolos de progresso, esses criadouros de madeira ressecam a terra e





arruinam os solos. Neles, os pássaros não cantam. As pessoas os chamam de bosques do silêncio.” (GALEANO apud SALOMAO, 2006)

Em Linharinho, essa paisagem perdura, se estendendo pelos terrenos sedimentares, bem como sobre os meandros e braços de rio abandonados, que resistem às adversidades resultantes da invasão dessa vegetação exógena na região.

Os terrenos aplainados, característicos da Formação Barreiras, contudo, pouco têm a ver com os terrenos escarpados e de difícil acesso que caracteriza, historicamente, a maioria dos movimentos de fuga e formação de quilombos que houvera em todo Brasil.

Se tomarmos por base o passado de lutas entre escravos e senhores de escravos que emergiu no que hoje compreende os municípios de São Mateus e Conceição da Barra, durante os séculos XVIII e XIX, que resultou na formação de um dos maiores e mais importantes quilombos do Estado, veremos que existiram, então, outros fatores que levaram à fixação espacial dessa população negra que se emancipava.

Conta-se que Linharinho constituía um antigo quilombo, situado no povoado de Santana – Vale do Cricaré -, local onde se localizava a propriedade latifundiária de Dona Rita Maria Conceição Gomes da Cunha. O escravo Negro Rugério, a fim de fugir dos maus tratos, se abrigou nos limites da própria Fazenda, a princípio, com mais trinta negros, onde formou o Quilombo do Morro. Dona Rita possuía uma área extensa de terras que abrangia desde a “margem

norte do Rio Cricaré [em São Mateus] até o córrego São Domingos [em Conceição da Barra]” (AGUIAR, 2007), ou seja, uma grande área da Região do Sapê. A produção nessa Fazenda representava a maior movimentação do comércio de mandioca do porto de São Mateus e os maiores responsáveis pelo sucesso da Fazenda eram os

escravos. Uma vez fugitivos, ameaçavam o pioneirismo comercial da proprietária e colocavam em risco os “negócios” da família Cunha.

Foi então que escravos e “senhor”, na figura de Dona Rita, concordaram em firmar acordo para a comercialização da farinha de mandioca no Porto de São Mateus. O acordo consistia em:

“Dona Rita comprometia-se a não chamar a Força [Guerrilha de São Mateus, destinada a apreender escravos fugidos] ou os capitães-do-mato para a captura dos negros fugidos, permitindo que eles se instalassem em suas terras, às margens do rio São Domingos (...).” (AGUIAR citando MANDUCA EVÊNCIO) “Ela pagaria pela farinha, em dinheiro, o valor de 1/4 do preço do mercado e a revenderia aos atacadistas. O equivalente a 2/4 deveria servir para custear cada escravo de sua propriedade que vivesse no quilombo (...)” (AGUIAR, 2007)

A morte de Dona Rita significou para o Quilombo do Morro, até então chefiado pelo Negro Rugério, sobretudo, vulnerabilidade para possíveis ataques da aristocracia local através das forças do Governo da Província. E foi em julho de 1881 que isso ocorreu. “O cheiro de pólvora tomou conta do lugar” (AGUIAR, 2007). Houve mortes, mas muitos quilombolas conseguiram escapar. Negro Rugério morreu no confronto.

Ainda hoje algumas pessoas lembram da história do quilombo como, em entrevista ao pesquisador Sandro, Dona Elda ressalta:

“SANDRO: O quilombo do Negro Rugério era só em Santana?

ELDA: Em Santana e por aqui também. Porque aqui fazia parte de Dona Rita. Esse povo veio pra trabalhar como escravo. Lembra que tinha ali a senzala, era aqui no Linharinho.” (INCRA, 2005)

Após alguns estudos realizados na região do Sapê do Norte, pesquisadores concluíram que as comunidades quilombolas compreendidas entre os municípios de Conceição da Barra e São Mateus formavam, na verdade um grande quilombo – provavelmente o Quilombo do Negro Rugério - mas que hoje encontram-se fragmentadas.



*Foto 2: Artefato de barro datado da época dos escravos*

FOTO: JULIANA ROMANO

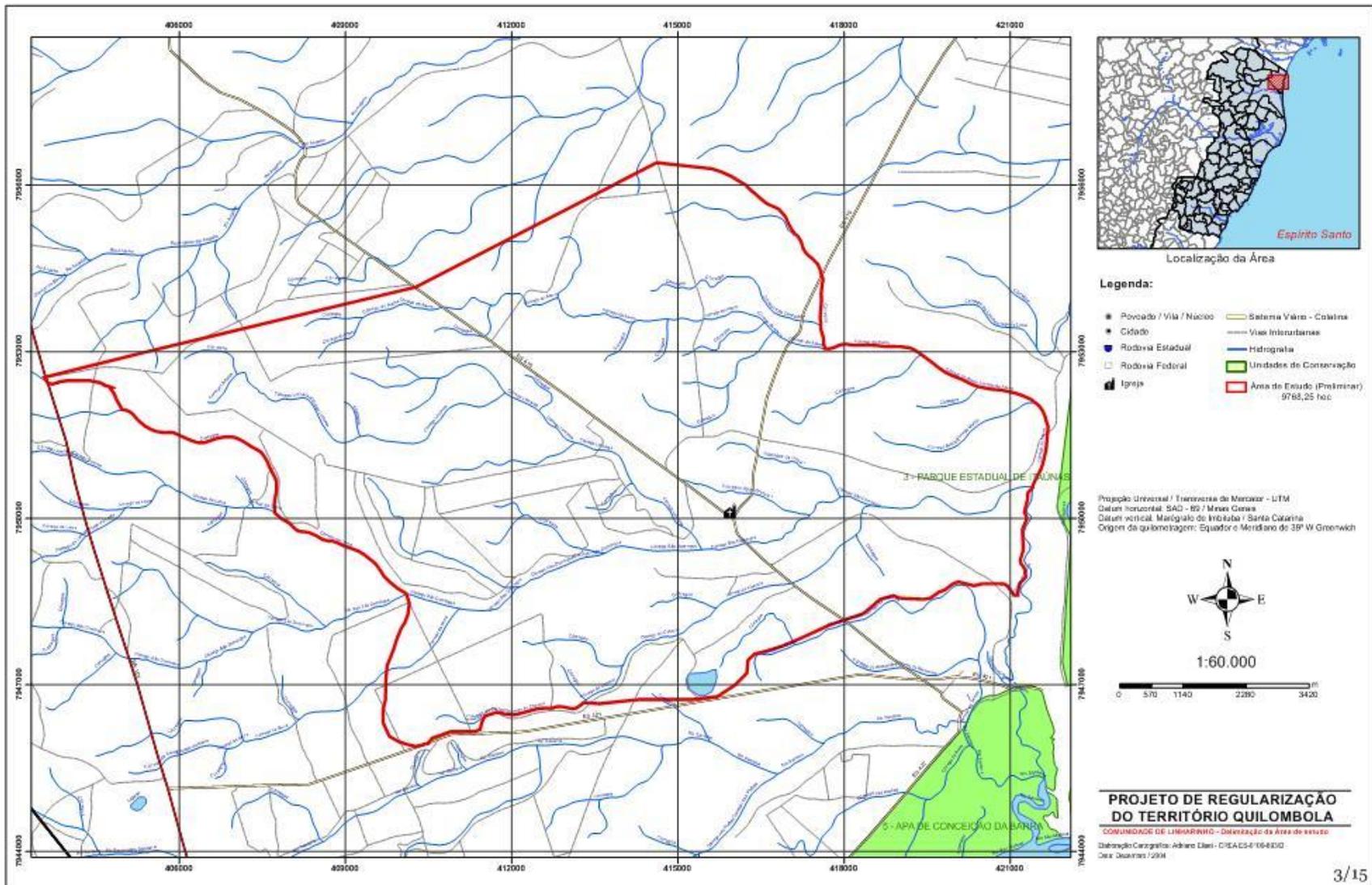
### 3.1.1. O RIO

De acordo com AGUIAR (2007), após fugirem do domínio e maus tratos que imperavam na senzala, os escravos fugitivos se refugiaram às margens do rio São Domingos. Segundo TUAN (1980) a bacia fluvial atrai porque nela existe a facilidade de subsistência, já que apresenta um nicho ecológico diversificado, tanto nos rios quanto nas planícies de inundação. Além disso, apresenta a possibilidade de comunicação natural. E, de fato, era o que eles procuravam: um lugar onde a liberdade fosse possível, onde pudessem usufruir do fruto do próprio trabalho, criar os filhos e conquistarem independência em relação à possessão opressora do “senhor”.

O rio São Domingos, afluente do rio São Mateus, muitas vezes referido pela Comunidade como “Córrego” São Domingos, é ainda hoje a principal referência espacial e a identidade da Comunidade, como se pode ver no Documento de auto-atribuição quilombola da Comunidade pela Fundação Palmares (*vide mapa 3*):

“A comunidade do Linharinho **situada no Rio São Domingos**, no município de Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo, com fulcro no artigo 68 do Ato das disposições Constitucionais Transitórias, no Decreto n.º 4887 de 20 de novembro de 2003, e nos artigos 215 e 216 da Constituição federal de 1988, se auto-define como Remanescente das Comunidades de Quilombos, pede e requer seu registro no livro de cadastro geral, a expedição de competente certificado, bem como, envio do processo ao INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - , para os procedimentos de demarcação, titulação e registro em cartório das terras ocupadas.” (Documento de Auto-atribuição da Comunidade Remanescente de Quilombo do Linharinho, março de 2005, grifo nosso)

O *mapa 3* indica a localização da Comunidade em relação ao córrego São Domingos, bem como à estrada ES 010. Os Núcleos destacados no mapa são referentes à organização das casas por vínculos familiares e serão abordados



mais adiante. A delimitação da Comunidade de Linharinho, de 9.768,25 ha foi realizada pelo INCRA em 2005 e representa a área ocupada e utilizada pelos antepassados dos atuais habitantes, área esta, que está sendo pleiteada juridicamente pela Comunidade.

Segundo os moradores, era o rio São Domingos era um rio caudaloso, usado para lavar roupas e demais usos domésticos, para banho, lazer e, sobretudo para a pesca.

VERMINDO: "...Quando eu tinha 10, 12 ano de idade, mais ou menos, lá dizia os nosso, mesmo, quem não sabia nadar, não andava dentro do rio, porque era muito fundo e tinha muito peixe. O pessoal saía, colocava a rede à noite, no outro dia só ia colher, sabia que tinha alguma coisa pro almoço no outro dia, e jantar, e hoje, se coloca uma rede e sai pra pescar, num tem mais nada!

SIMONE: E o São Domingos tinha correnteza?

VERMINDO: Tinha, muito forte! A correnteza, cê vê que era tão, a correnteza era tão forte, que o rio, o canal do rio era limpo! Porque a água tinha força de limpar, mas depois, foi acabando a água, né, e o rio foi aterrando! E hoje, o São Domingos é todo aterrado, qualquer criança entra dentro dele e anda, de tão..."

Durante todo ano era possível se pescar no rio, em córregos e lagoas. Os moradores relacionam a falta d'água à exploração irracional de eucalipto, uma vez que encontra-se essa espécie distribuída em larga escala e de forma indiscriminada pelo território, inclusive sobre nascentes e antigas lagoas, levando à morte destas. Isso porque o consumo exagerado de água pela espécie monocultivada no local, a retirada de água desses mananciais para aplicação de agrotóxicos nessas mesmas plantações pela empresa responsável, a curta periodicidade do corte do eucalipto, que não permite o retorno da umidade absorvida pela árvore quando em fase de crescimento e o assoreamento causado pela proximidade dessa espécie com a margem dos rios, contribui para alteração do balanço hídrico, uma vez que a disposição de água superficial e, conseqüentemente sua evaporação, foram reduzidos (FERREIRA, 2002).



FOTO: JULIANA ROMANO

*Foto 3:* "...quem não sabia nadar, não andava dentro do rio, porque era muito fundo e tinha muito peixe. (...) E hoje, o São Domingos é todo aterrado, qualquer criança entra dentro dele..."e

.A exploração do eucalipto exigiu, ainda, a construção de estradas para a passagem dos caminhões carregados de toras, que acarretou no represamento dos córregos, agravando o problema da escassez tanto de água quanto de peixes (INCRA, 2005)

Além da escassez, a qualidade da água também foi alterada. Os moradores antigos contam que a água do São Domingos era clara e boa para o consumo, bem diferente da coloração escura que apresenta hoje.

Segundo o Art.2 do Código Florestal, Lei 4.771/65, atualizada em 2001, consideram-se de preservação permanente “as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja de 30 m (trinta metros) para os cursos d'água de menos de 10 m (dez metros) de largura (...); ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais; nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados ‘olhos d'água’, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 m (cinquenta metros) de largura”. Porém, percebe-se claramente, na paisagem, que essas discriminações não foram seguidas. Ao longo do que se tornou o caminho do eucalipto<sup>1</sup>, nas proximidades da Comunidade, vê-se, com frequência, olhos d'água e nascentes repletos de eucaliptos em talvegues e margens. Nem os limites legais são cumpridos nem a Comunidade, que o utiliza para a subsistência, é respeitada.

Além da água superficial, os lençóis freáticos receberam grande carga de contaminação devido à quantidade excessiva de agrotóxico nela contida, proveniente das áreas de cultivo de eucalipto.

---

<sup>1</sup> O que pode ser entendido como caminhos do capital em contraposição aos caminhos carroçáveis e trilhas construídos pela movimentação das pessoas.

Atualmente, nota-se no rio São Domingos a redução da vazão de água, a contaminação por uso de agrotóxicos para a manutenção da monocultura pela Aracruz e a escassa quantidade de peixes, mas, ainda assim, o rio não perdeu a importância que possui para os habitantes, que, por sua vez, ainda dependem dele.

A pesca é feita mais freqüentemente pelas mulheres e em épocas de chuva. Mas, devido à necessidade de obter alimento, acabam por pescar em épocas distintas, mesmo que arrisquem comprometer os períodos de desova (INCRA, 2005) Algumas mulheres ainda usam lavar as roupas no rio, apesar dessa prática não ser uma regra (*vide foto 1*).

Há ainda relatos de quilombolas que, ao tentarem pescar, foram impedidos de chegar ao rio pela VISEL – empresa de segurança e vigilância, contratada pela Aracruz Celulose, responsável por assegurar a região ocupada pela monocultura de eucalipto.

VERMINDO: É, tinham muita água, tinha muito peixe, depois da chegada das firma, da Aracruz, aí acabou as nascente dos córrego todo, né, e hoje a gente coloca uma rede, coloca, sai pra pescar, num consegue, lá não tem peixe e até nos próprio córrego, quando a Aracruz topava alguém pescando, chegava e perguntava o que que a pessoa tava fazendo, queria tomar a rede do pessoal, a rede do pessoal que tava no córrego, botava, pegava a rede, queria tomar o anzol, ninguém nem não podia andar na área da Aracruz, se não tivesse andando nas estrada principal, quando a gente chegava, eles perguntava, o que tava fazendo. Era só a gente passar nas área da Aracruz, vinha os home armado, né, a segurança...

Além do aspecto social, o rio possui papel importante diante do sentimento que gera. Na fala de Dona Oscarina, uma senhora de 80 anos, ela relata o sentimento de prazer e angústia diante das mudanças que ocorreram com o plantio de eucalipto na região:

OSCARINA: A do córgo já não serve e mais, (...) - água muito ruim, **muito feia**, é uma água suja, num vê passa ai, (...), esse rio era bom de mais. Era bom, o pessoal da Barra vinha tomava banho ai à vontade tempo de verão, esse

rio era **muito bonito**, as **image** do rio era boa (...). Descia com abóbora até Conceição da Barra? Até a Conceição Barra, canoa cheia de abóbora, mas agora num tem passagem não, o rio ta **muito maltratado**, muito sujo, o rio era limpo, o rio limpo mesmo **fazia praze**, o rio era **lindo dimais**. O pessoal da Barra vinha para ir no tempo de verão, tinha algumas mulhé que vinha traz as trôxa de rôpa. (INCRA, 2005, grifo nosso)

Dona Oscarina, como vários outros habitantes de Linharinho, possui um sentimento de apego ao rio a partir, num primeiro momento, da apreciação superficial do rio: “muito feio”, “muito bonito”. Porém a estética está intrinsecamente relacionada, na fala, ao uso do rio: para tomar banho, para movimentar o comércio e as práticas sociais e para lavar roupa. Hoje as práticas mudaram.

De acordo com SANTOS (2002), “só por sua presença, os objetos não têm outro significado senão o paisagístico. Mas eles aí estão também em disponibilidade, à espera de um conteúdo social”. Sendo assim, o rio, que recebeu um determinado conteúdo social no passado, com o tempo, teve sua paisagem “re-significada” devido à mudança de suas formas. No presente, a configuração atual do rio foi dotada de uma função atual em resposta à necessidades atuais (SANTOS, 2002). Dessa forma, algumas mulheres ainda usam o rio para lavar as roupas, embora esteja poluído. As crianças costumam se banhar em tempo quente pra se refrescar no rio (*vide foto 2*), agora mais raso pela falta d'água, porém não menos perigoso, devido à ameaça da contaminação das águas e da iminência das cobras que, em consequência da sequeidão das margens, surgem nas proximidades dos “terreiros” e das casas. O traslado por embarcações, por sua vez, se tornou insustentável, alterando os meios de circulação e transporte da Comunidade. Esta passou, então, a utilizar a Rodovia Estadual, para realizar o tráfego humano e comercial. Foto1



*Foto 4: Mulheres após lavarem roupa na beira do córrego São Domingos*

*FOTO: JULIANA ROMANO*



*Foto 5: Criança quilombola brincando no Córrego São Domingos*

FOTO: JULIANAROMANO

### 3.1.2. ESTRADA

As vias de circulação e transporte são, historicamente, propulsoras de desenvolvimento econômico. A iniciativa da política de desenvolvimento brasileiro, datada na década de 1970, partiu do Ministério dos Transportes e foi aplicada nas principais rodovias federais. As estradas de rodagem se tornaram elos entre as porções pouco habitadas do interior do país e se tornaram favoráveis ao setor econômico, apesar de, *a priori*, não representarem vantagens imediatas aos usuários<sup>2</sup>.

O trecho da BR-101 que liga o Espírito Santo à Bahia surgiu como alternativa ao tráfego da BR-116, entre Salvador e o Rio de Janeiro-RJ, representando um novo vínculo entre o Nordeste e o Centro-Sul do país. O intervalo da BR-101 que liga Vitória-ES à Salvador-BA foi enquadrado nas classificações Federais no projeto de promoção de desenvolvimento econômico, apresentadas no Congresso Mundial da Federação Rodoviária Internacional em 1973 em Munique, que era o reflexo do que ditava os padrões do progresso econômico através do desenvolvimento rodoviário no Brasil, na época. Neste contexto a rodovia aparece como “Rodovia do Corredor de Exportação de Vitória”, com o intuito de “conduzir a produção exportada proveniente das regiões norte e sul do terminal de Vitória”, e já estava “inteiramente pavimentada” na década de 1970 (RESENDE, 1973).

As rodovias estaduais não fizeram parte do Projeto do Governo Federal diretamente, mas este, como precursor do modelo rodoviário de desenvolvimento econômico, reconhecido internacionalmente, influenciou nas tomadas de

---

<sup>2</sup> As intenções do Governo do período em questão, apesar de questionáveis e desinteressadas do ponto de vista social, são passíveis de serem estudadas, mas não serão amplamente discutidas neste trabalho.

decisões locais, uma vez que havia uma rede de interesses em ocupar as áreas, especificamente, do norte do Estado. Exemplo disso está a idéia vendida pelo Governo Estadual de que o norte era um “deserto” ou um “vazio econômico e demográfico”, a fim de atrair o capital estrangeiro o que, para tanto, exigia, no mínimo, uma estrutura viária que facilitasse o escoamento de mercadorias.

Seguindo essa lógica, é possível enquadrar a rodovia ES-010 como “Investimentos em Regiões Pouco Ocupadas e de Grande Potencial Econômico”, visto que se trata de uma região plana, dotada de recursos hídricos e visada para a implantação da indústria de celulose.

O objetivo principal desse tipo de rodovia seria explorar os potenciais existentes, “tirando partido das vantagens econômicas que a região ofereça” (RESENDE, 1973).

Segundo relatos dos moradores antigos, a própria Aracruz Florestal, através de seus funcionários “pediu consentimento”, ainda na década de 1960, para abrir a estrada, sob o pretexto de que esta, juntamente com a produção de eucalipto, traria maior valorização para a terra dos moradores.

Até então os caminhos em Linharinho eram feitos por trilhas e carroças. Todo o transporte de alimentos, bem como comércio feito entre a comunidade e a sede do município de Conceição da Barra se davam por meio de tração animal. No lombo do animal carregavam farinha, melancia, abóbora, aipim e tudo o mais que tivesse na roça: “*era só botar no animal, fazer o balaio e lá na Barra vendia*” (INCRA, 2005). De acordo com os moradores antigos, ao chegarem a Conceição da Barra, a mercadoria embarcava em navios e era levada para ser comercializada em Vitória e Rio de Janeiro.

Na paisagem atual, cruzam-se os caminhos dos animais, as trilhas dos habitantes e a Rodovia dos transeuntes. Passado e presente se entrelaçam e deixam marcas nessa “imagem imobilizada”, a qual “permite rever as etapas do passado numa perspectiva de conjunto” (BLOCH, *apud* SANTOS, 2005), recebendo, por fim, novas funções determinadas pela sociedade, ou pelo poder do mais forte.

Para a empresa, os caminhos que realizavam o pequeno intercâmbio de passageiros e cargas – “caminhos carroçáveis” – acarretaria em elevados custos de transporte. O contrário, ou seja, a construção de uma nova rodovia determinaria a redução do custo dos fretes e aumentaria o escoamento da produção da área.

“Em tais circunstâncias, a rentabilidade dos investimentos não se traduz fielmente pelos benefícios diretos aos usuários dos caminhos que existiam na região, antes do melhoramento rodoviário” (RESENDE, 1973).

E, nesse caso, o maior beneficiário seria a empresa em questão.

A estrada tornou possível a passagem de automóveis melhorando o intercâmbio da população com os distritos vizinhos e aprimorando o acesso da população aos serviços em Conceição da Barra, tais como escola, hospitais e comércio. Em contrapartida, a construção da estrada acarretou em aterros sobre córregos, desmatamento, além do aumento do fluxo de carros de passeio (em direção à Itaúnas) e de carretas carregadas de eucalipto, sem atentar para qualquer tipo de sinalização que proteja a vida, sobretudo, das crianças que costumam brincar próximas à pista. Elas se queixam, ainda, da poeira produzida durante o dia, já que a estrada não é pavimentada. A maioria das que freqüentam a escola – localizada na margem da rodovia - apresenta problema de vista e irritação nos olhos, problema que não existia quando o tráfego de veículos não era comum (INCRA, 2005).

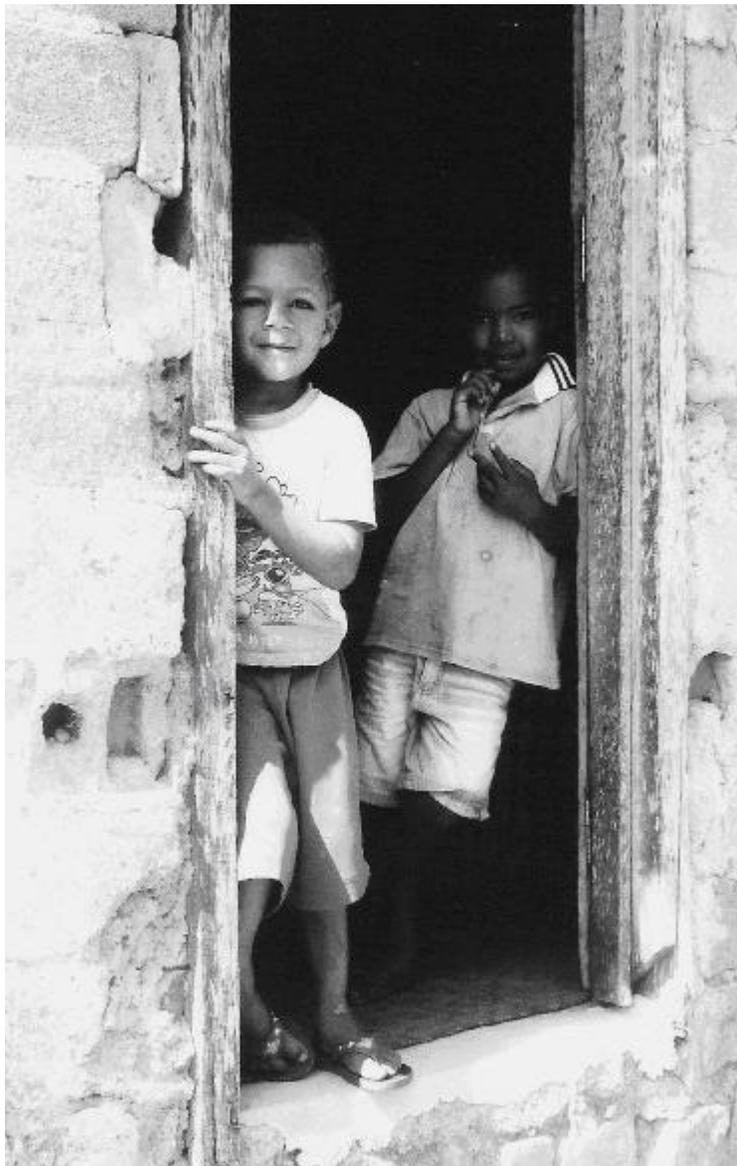


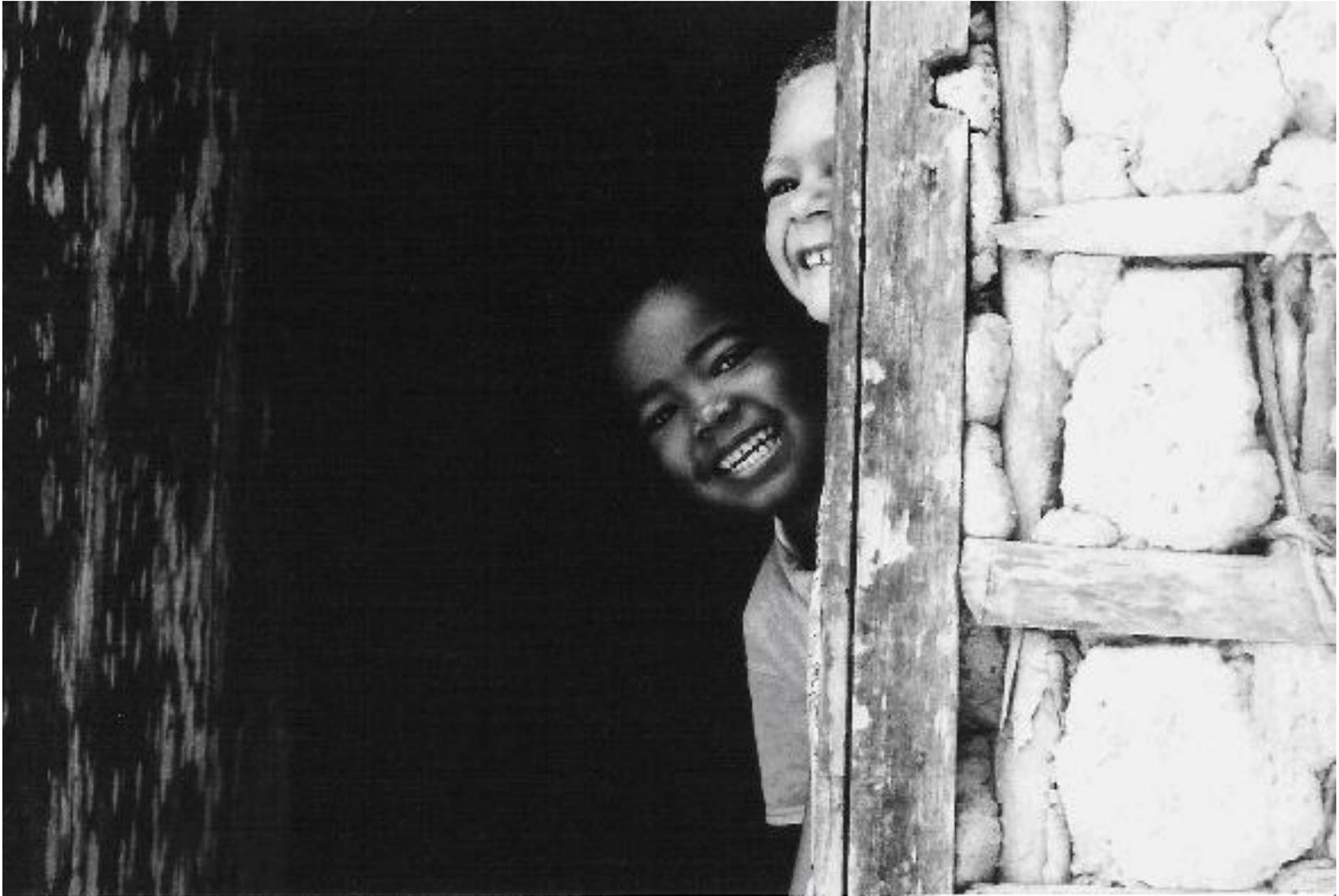
FOTO: JULIANA ROMANO

*Foto 6: Crianças quilombolas – estranhamento inicial com a minha presença*



FOTO: JULIANA ROMANO

*Foto 7: Crianças exibindo caderno e lápis. Cuidados diários para atravessar a estrada em frente à Escola.*



*Foto 8: Meninos quilombolas posando para foto*

FOTO: JULIANA ROMANO

### 3.1.3. EUCALIPTO

A empresa multinacional Aracruz Celulose S/A é responsável pelo plantio extensivo de eucalipto em 278,6 mil hectares<sup>3</sup> nos estados do Espírito Santo (106,3 mil ha), Bahia (98,9 mil ha), Rio Grande do Sul (66,2 mil ha) e Minas Gerais (7,2 mil ha).

Em meados da década de 1960, a empresa Aracruz Florestal (empresa que deu origem à Aracruz Celulose) iniciou o plantio de eucalipto no norte do Estado - abrangendo, inclusive, as áreas pertencentes à Comunidade de Linharinho – o qual teve continuidade na década de 1970, através do II PND –Plano Nacional de Desenvolvimento.

A apropriação das terras quilombolas pela Aracruz foi facilitada em função do caráter informal de organização daqueles em “territórios de uso comunal” (ou sistemas de posse), já que de 1822 a 1850 a posse era a principal forma de aquisição de domínio sobre as terras (CAVALCANTE, 2005). Dessa forma, o território era constituído pela sua base material, ou seja, pela relação de uso e de dependência da população na produção de cultura sobre as terras

---

<sup>3</sup> Segundo estudos realizados pela empresa, os dados correspondem a área própria e não inclui as áreas da Veracel, de Fomento e demais plantios verticalizados. Segundo FERREIRA, 2005 a área de plantio de eucalipto no Espírito Santo é na faixa de 189,6 mil ha. O aumento da produção é estimulado no Estado através do Programa Produtor Florestal da Aracruz Celulose.

\* O Programa de Fomento Florestal patrocinado pela empresa no Espírito Santo desde 1990, provocou um aumento da produção de eucalipto contemplando, além das terras ocupadas pela empresa, os pequenos produtores rurais. Ao ingressar no Programa Produtor Florestal, o agricultor recebe da Aracruz Celulose mudas-clonadas, fertilizante e assistência técnica (FERREIRA, 2002), e tem assegurado a compra da madeira produzida. No fim do contrato, restará ao produtor a terra degradada pelo envenenamento devido ao emprego de elevadas cargas de agrotóxicos, resultando a perda de nascentes, contaminação de rios, perda da biodiversidade entre outros problemas. Alguns moradores da Comunidade, devido às dificuldades de produção de outras culturas, aderiram ao Programa de Fomento a fim de garantirem o sustento da família.

(FERREIRA, 2002), de forma que não havia a necessidade de documentos que comprovassem a propriedade da terra.

A partir da Lei de Terras, em 1850, foi estipulada a legitimação das terras ocupadas, de forma que as terras sem comprovação de posse eram devolvidas ao Estado e classificadas como “devolutas”. Essa Lei favoreceu aos interesses da elite político-econômica da época, formada, em sua maioria, por posseiros que se tornaram grandes fazendeiros, os quais tinham recursos para efetivarem as medições e comprovações exigidas pela Lei, ao passo que ao agricultor familiar restaria a clandestinidade ou suas terras confiscadas. Apesar disso, as regularizações foram realizadas timidamente e grande parte das terras permaneceram não-declaradas.

No momento em que teve início a ocupação das terras do norte do Estado pela multinacional, porém, nas Leis em vigor havia a preocupação com “a função social da propriedade da terra” (LEI DELEGADA n° 16, 1967), concedendo alguns privilégios ao pequeno produtor rural, uma vez que tinham por objetivo “promover, por todos os meios, a transformação dos latifúndios em núcleos de unidades agrícolas familiares” (LEI DELEGADA n° 16, 1967), além de “melhorar a assistência técnica ao homem do campo” e “elevar padrão de vida das populações rurais” (LEI n°2.181, 1965)., promovendo a legitimação das posses ao posseiro que não tivesse outra propriedade rural, cujas terras houvessem cultura efetiva e morada habitual de, no mínimo, três anos, requisitos que, por sua vez, não contribuíam com a implantação da empresa.

Juridicamente, portanto, a empresa não tinha o aval necessário para realizar a desapropriação das terras. Mesmo assim, e com o apoio do Estado, ela lançou mão de ameaças, mentiras, iludibriações, usando o intermédio de pessoas conhecidas na Comunidade, a fim de agilizar o processo, e registrando as terras tomadas em nome de funcionários (“laranjas”) que as vendiam a baixo custo para a empresa, já que esta não poderia se beneficiar

diretamente com a Lei. Isso ocorreu em várias comunidades da Região do Sapê, e em Linharinho, particularmente, as ameaças se tornaram em atos concretos encabeçados por funcionários da Aracruz Celulose.

CHULA: “Botaram o colchão, eu com a criançada tudo, sete criança, quando botaram fogo na casa lá no Linharinho.”

CHULA: “Minha panela de barro quebraram, minhas panela de alumínio com fogo queimou, outra ingio num fiquei com roupa, quem deu ropa foi a mulher do cumpadre Bernabé, que era o madrinho, que quando ganhei ela batizou. Fiquei à toa, aí caímo num nada. Aí quando Juventino chegou de noite, aí me panharam o pessoal do Linharim mesmo, me panharam e gritaram de lá: “num bota fogo que a mulher tá no resguardo!”. (INCRA, 2005)

Além de Dona Chula, a Dona Anália também relembra a época em que funcionários da empresa tentavam expulsar os moradores da Comunidade:

“ANALIA: Tinha muita gente. Ó, eles tocava fogo, tinha casa que nós chegava e nem roupa.

SIMONE: O fogo o que que foi, D. Anália?

A: Eles tocava fogo, às vezes botava gente pra ver lugar pra morar. E se não ta querendo mais vender eles (...) o dono da casa e tocava fogo no sabugo e amarra tudo.

S: A casa de Juventino foi assim, né, queimada?

A: Foi, foi. É verdade.(...)” (INCRA, 2005)

Segundo Tuan (1980), a casa de uma pessoa é a extensão do que ela é e, por isso, ser privado do próprio lar significa “diminuir seu valor como ser humano”, pois este investe na casa parte da sua vida emocional. “Ser despejado à força”, segundo ele, “é ser despido de um invólucro, que, devido à sua familiaridade protege o ser humano das perplexidades do mundo exterior” (TUAN, 1980). No caso dos habitantes de Linharinho, o apego ao lugar (o que também está representado pela casa) recebe uma conotação histórica que remete às lutas pela liberdade e pela terra. Sendo assim, a terra fora regada não apenas com o suor do trabalho, mas com o sangue de muitas batalhas, o que a torna, de certa forma, um lugar santo (TUAN, 1980).



*Foto 9: Na soleira da porta*

FOTO: JULIANA ROMANO

Porém, mesmo com a resistência dos habitantes da região em continuar em suas casas, a empresa deu continuidade ao processo de expropriação das terras e desmatamento da vegetação local. Há registros de que ali havia porções de Mata Atlântica e grande biodiversidade. A retirada brusca desses elementos era feito de forma ainda mais impactante para o ecossistema local, pois utilizava um equipamento chamado por pessoas da região do Sapê de “correntão”.

“O “correntão” era a engrenagem construída com dois tratores de esteira e uma grossa corrente, que agressivamente passava e derrubava a densa floresta tropical com seus bichos. O ambiente do alimento e da água passava a ser destruído pela máquina, em larga escala (...)”(.FERREIRA 2002)

A perda da floresta significou a perda de alimentos, rios, madeira e demais elementos que serviam para fazer utensílios domésticos. E, mais do que isso, significou, ainda, o rompimento do processo dialético entre o meio natural e a população de Linharinho (SANTOS, 2005), já que à mata havia sido atribuído determinados valores de sobrevivência e cultura<sup>4</sup>.

A destruição da floresta significa a perda do alimento –frutos e peixes e caças-, a perda da água, a perda dos medicamentos, a perda da **terra de uso comum** –espaço utilizado pelas comunidades tradicionais para práticas de extrativismo vegetal (cipó, fibras, ervas medicinais da floresta, frutos), animal (caça, pesca) e pequena agricultura itinerante- para o **uso do monopólio**. (FERREIRA, 2002)

Além da área de mata, a área que a comunidade possuía para exercer as atividades agrícolas também foi prejudicada e o amplo cultivo de mandioca, do passado (bem como demais espécies), foi limitado ao quintal das casas. De acordo com Tuan (1980), para o pequeno agricultor ou camponês o apego à terra é profundo porque ele vive a partir das provisões que ela oferece.

---

<sup>4</sup> Estes valores serão melhor discutidos no próximo tópico.

“Esse sentimento de fusão com a natureza não é simples metáfora. Os músculos e as cicatrizes testemunham a intimidade física do contato. A topofilia do agricultor está formada desta intimidade física, da dependência material e do fato de que a terra é um repositório de lembranças e mantém a esperança.” (TUAN, 1980).

Mediante a retirada desse agricultor da terra, seu “mundo”, antes enraizado à ela, teve que adquirir outros valores. Com o território drasticamente reduzido, o plantio passou a não fornecer a subsistência das famílias remanescentes. Sem terras não havia meios de plantar, e, com isso os quilombolas foram, sutilmente, deixando de lado saberes e crenças que tradicionalmente estavam ligados ao manejo da terra. Em decorrência disso, diversas espécies vegetais se perderam, como as sementes crioulas, nativas, de feijões e milhos, além das espécies de uso medicinal (INCRA, 2005).

A princípio, para garantir que os antigos habitantes não entrassem nas terras, a empresa contava com a fiscalização por Polícia Militar e, dessa forma, a história se repetia – o Estado trabalhando para o latifundiário.

VERMINDO: “Eles era muito assim, envolvido com as polícia militar, qualquer coisinha que fazia, qualquer pressãozinha que dava, quando você olhava, tinha dois carro da polícia militar pra ajudar eles. (...) Se às vezes você tirasse uma madeirinha na área deles, daqui a pouco eles ligava prá polícia militar, a polícia chegava.” (INCRA, 2005)

A fiscalização por parte da empresa é facilitada pela presença das torres de vigilância espalhadas no interior da monocultura. A projeção dessas torres contribuiu para difundir a “paisagem do medo” (TUAN *apud* TRAVASSOS E FILHO, 2001), já que a arquitetura delas segue a lógica de vigilância carcerária idealizada por Jeremy Bentham no século VXIII, fundamentado no “princípio de inspeção”. Segundo ele:

“(…) quanto mais constantemente as pessoas a serem inspecionadas estiverem sob a vista das pessoas que devem inspecioná-las, mais perfeitamente o propósito do estabelecimento terá sido alcançado.” (BENTHAM, 2000)

Sendo assim, o objetivo desse tipo de “estabelecimento” é provocar nos “inspecionados” a sensação de que estão a todo tempo sendo vigiados.

Atualmente a fiscalização antes realizada pela Polícia Militar foi substituída pela empresa de segurança particular contratada pela Aracruz, a VISEL, que proíbe a entrada dos moradores nas áreas de plantio.

SIMONE : Quem é a segurança dela?

VERMINDO: VISEL, a VISEL...e perguntava, se topasse as pessoa pegando um pauzinho com carrinho de mão, levava o carrinho, tomava o machado...

SIMONE: Mas, aí, qualquer hora, qualquer época...o que eles falavam?

VERMINDO: Qualquer hora! Qualquer época! Eles num gostava de ninguém pescar dentro da área da Aracruz, se topasse uma pessoa pescando com algum negócio, a pessoa, tinha uns que até corria, escondia, porque se não eles levava o anzol, levava tudo, se tivesse passando, na área da Aracruz, ah... (INCRA, 2005)

Mas o Estado ainda se faz presente através do IBAMA (INSTITUTO BRASILEIRO DOMEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS) que costuma agir da mesma forma repressora que a polícia. A Comunidade explica o fato da seguinte forma:

BINO DA HORA: “Hoje você sabe que nessa lei do IBAMA você não pode cortar nada. Até um cabo de enxada você não tem o direito de tirar na sua terra pra você cortar.”

DIORNÉLIA: “Aí eles topá você com alguma caça, se eles topá alguma caça que a pessoa caçar, matar uma caça, se eles encontrar a pessoa, eles toma a caça, toma a arma da mão das pessoa, a rede, que tiver pescando, eles toma a rede... é proibido, é proibido pegar camarão, tinha a pesca de camarão... tudo é proibido! Até o caranguejo, eles num quer que tira!” (INCRA,2005)

A multinacional, portanto, se utilizou de instituições governamentais e de equipamentos públicos - os quais foram outorgados para representar a vontade da sociedade - para realizar seus próprios interesses. Ao modificar a paisagem da região ao norte do Espírito Santo, porém, ela não agiu apenas sobre uma simples porção territorial material e objetiva ou sobre objetos enquanto realidade física. Ela interferiu em objetos enquanto realidade social, em formas dotadas de conteúdos já valorizados, aos quais a empresa buscou impor um novo valor (SANTOS, 2005).

Portanto, as implicações da substituição impactante da superfície vegetal, somado às novas funções espaciais dadas pela Aracruz Celulose, agiu de forma violenta sobre o imaginário coletivo dos habitantes da Comunidade, e, dessa forma, além da falta de apoio por parte do Estado, as conseqüências ambientais geradas no ecossistema local pelo desmatamento predatório aliado à inserção da monocultura de eucalipto surtiram intensas mudanças no cotidiano das Comunidades que dependiam diretamente da mata.

#### 3.1.4. MATA

Segundo Tuan (1980) o ambiente natural e a visão do mundo estão estreitamente ligadas: “como meio de vida, a visão do mundo reflete os ritmos e as limitações do meio ambiente natural.” Existe ainda, a partir do espaço físico, a relação de intimidade com o meio que é manifestada através da produção cultural a partir do uso de recursos provenientes desse meio. Por exemplo, no caso dos pigmeus Bambuti<sup>5</sup> eles utilizavam o cipó e madeira para decoração, vestuário e leito, e o sumo do cipó era usado para o primeiro banho de um recém-nascido.

---

<sup>5</sup> Grupo de pigmeus africanos. Vivem na zona florestal da região do vale do rio Congo.

No caso dos habitantes de Linharinho a relação de intimidade existente se dá com o que ainda resta da mata “original” que existia na região, plantas medicinais e com os costumes dos antigos.

Desde os “tempos de cativoiro” os escravos eram sábios na leitura de ervas medicinais. Essa função estava associada ao “feiticeiro” ou ao “curandeiro” que usava dos conhecimentos de acordo com a finalidade, fosse ela boa ou má. Hoje a maioria possui essas ervas no quintal de casa e utilizam-nas apenas para combater as doenças e disfunções do corpo, como pressão alta, febre, dor de ouvido, entre outros.

A mata era o local do sagrado, onde ocorriam os cultos realizados na Cabula. Além disso, simbolizavam a fartura. Segundo relatos dos moradores, antigamente “nóis saía de barriga cheia e chegava de barriga cheia”. “Agora se anda daqui pra BR101 que se acha num acha um pé de araçá, num acha uma poça d’água pra você beber água, a num ser represa velha (...)”. (ENTREVISTA COM LELENGO, 2005).

O problema da escassez de árvores frutíferas se fez sentir também no ecossistema local. Tanto que os pássaros passaram a se alimentar da roça “porque as frutas que antigamente tinha num tem mais”. Eles também tiveram que se adaptar à mudança brusca gerada pela transição da cobertura vegetal: da mata atlântica e sapê para a monocultura de eucalipto.

“LELENGO: Plantava era tudo na vida, tudo na vida era fartura antigamente era, era mesmo (...) agora acabou foi tudo acabado, acabou mais acabou mesmo.” (INCRA, 2005)

### 3.1.5. NUCLEOS FAMILIARES

À medida que avançava a monocultura de eucalipto, a terra dos quilombolas se comprimia até ficar como está hoje: “imprensada” (INCRA, 2005) entre os eucaliptos. Com as terras sendo invadidas, os habitantes passaram a construir suas casas próximas umas das outras, aglomeradas, de forma que pudessem ter acesso tanto ao rio São Domingos e aos solos aluviais para plantar, bem como à estrada ES-010, à margem da qual estão localizadas também a igreja, o campo de futebol e a escola.

A organização das casas segue certa ordem familiar, de forma que são construídas próximas a casa do “chefe” (seja matriarca ou patriarca) da família (*vide mapa 3*). O “chefe” é, geralmente a pessoa mais velha da família que, na sua maioria, são mulheres. Esses aglomerados familiares serão, ao longo da pesquisa chamados de Núcleos Familiares (INCRA,2005).



FOTO: JULIANA ROMANO

*Foto 10: Casa de estuque em primeiro plano. Atrás a monocultura de eucalipto.*

### 3.1.6. IGREJA

Antigamente, segundo entrevistas feitas por AGUIAR (2007) com pessoas antigas da região, hoje já falecidas, existia a Cabula: uma manifestação religiosa proibida pela igreja católica. Tratava-se de culto espírita realizado na época do cativeiro, às escondidas, no meio da mata, em que espíritos eram evocados pelos participantes. Todo o ritual era realizado em linguagem banto. Como a igreja católica e os senhores de escravos reprimiam tais manifestações os integrantes passaram a dar às entidades os nomes dos santos ortodoxos, como São Benedito e Santa Bárbara, por exemplo. Foi quando conseguiram ter maior liberdade religiosa.

Naquela época existiam várias formas de expressão cultural através das rezas e dos espaços sagrados, como a Folia de Reis, a Ladainha, as benzedadeiras e o Jongo.

Hoje, em Linharinho, não se fala mais em Cabula. Alguns antigos dizem que nunca ouviram a respeito, outros falam com desdém, como se lembrassem de um fato ruim que se passou há muito tempo ou por medo de sofrer algum tipo de preconceito devido a repressão que sofreram no passado. Como Domingos, filho de D. Dumerlina, uma senhora de setenta e oito anos:

SANDRO: Cabula, a senhora chegou a conhecer a Cabula.  
DOMINGOS: Não. Cabula é macumba, a venha Durmelina ai já era noutro...  
DUMERLINA: Num gostava, não.  
DOMINGOS: Num gostava, não.  
SANDRO: Do que a senhora gostava?  
DUMERLINA: Você sabe porque eu não gostava?  
DOMINGOS: Só por causa da mentira. Macumbeiro é cada mentira desgraçada.

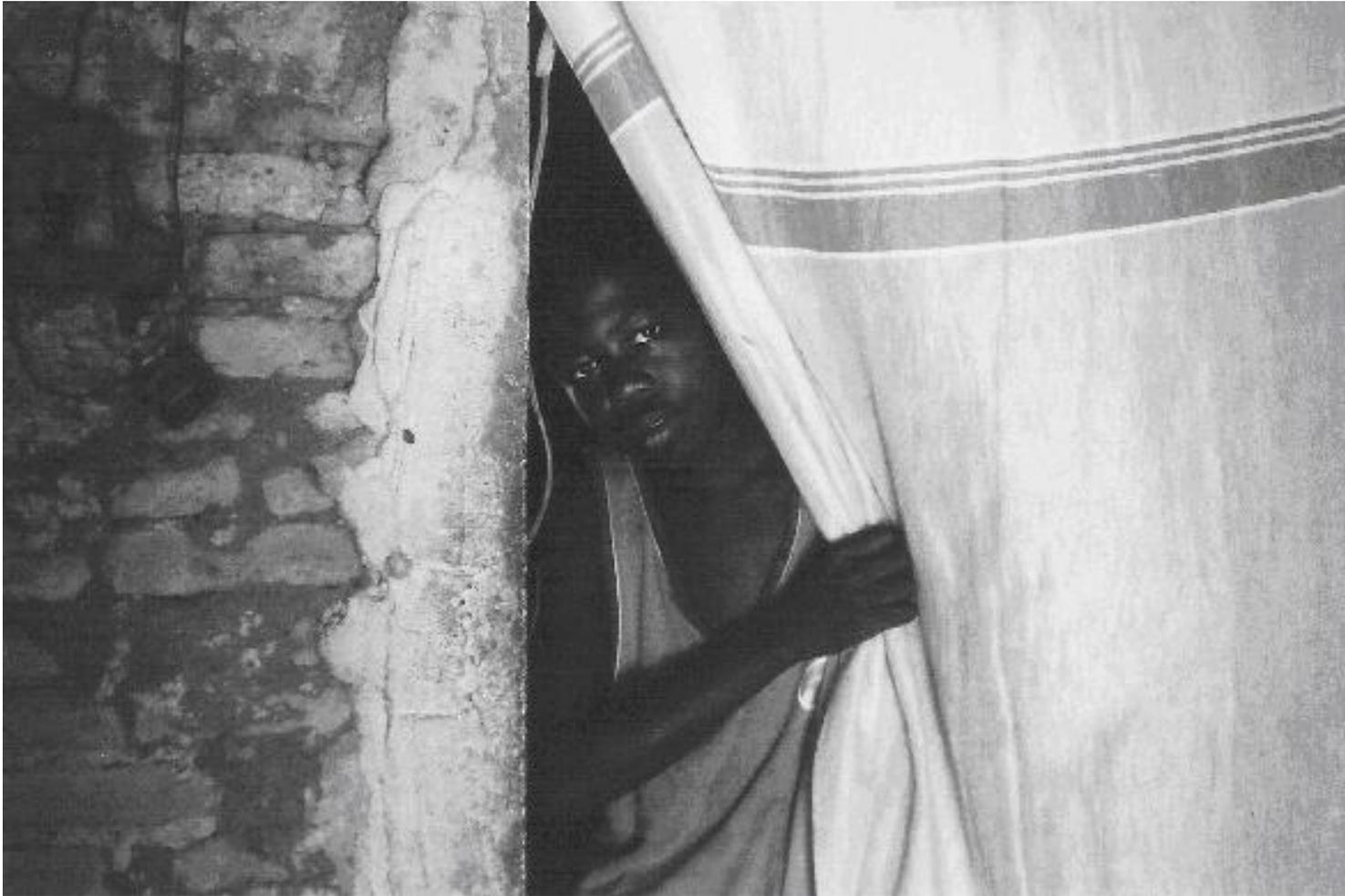


FOTO: JULIANA ROMANO

*Foto 10: Menino se escondendo atrás da cortina, na “casa de Santa Bárbara”. A foto retrata a timidez ou constrangimento diante da câmera, mas simboliza, de certa forma, o constrangimento de algumas pessoas da comunidade em relação aos rituais herdados pelos antepassados.*

Foi então que ela resolveu contar a experiência que teve na Cabula:

DUMERLINA: (...) Não estava com o guia, eu sabia que não estava com o guia. Tudo eles(me) interaram, me deram banho n'água, disseram que eu era Sereia do Mar. Eu via tudo. Aí eu fui uns dez sábados, depois eu disse Chico, eu disse a ele. Eu disse assim "Cê sabe, que eu não vou mais na missa deles". Ele disse: "por que?" "Porque eu danço, eu saibo (sei) a missa, mas eu estou vendo tudo. Num diz que a gente não vê nada, num vê?" E Chico disse: "é". "Mas eu vejo eles conversar, vejo eles sair, tudo. Então eu não vou. Porque eu estou vendo tudo, por isso que eu não vou".

SIMONE: Aí a senhora não foi.

DUMERLINA: Mas lutei, minha filha, lutei com isso. Tem gente que sabe, tem.

SIMONE: Tem né, ali no São Domingos tem, aqui tinha, no Linharinho, né? Dona Aurora...

DUMERLINA: Tem gente que sabe, tem. Mas eu não acredito. Acredito muito em deus.

A crença nos espíritos, segundo D. Durmelina, existe para quem acredita neles. Existe uma história contada por ela que dizia o seguinte:

DUMERLINA: Disse que quando Santa Maria, é Santa Bárbara estava mexendo lá nos (ninho?) dela lá, aí Santa Maria passou e perguntou: "o que é que está fazendo aí, Bárbara?" Ela disse "Feitiço". Aí Maria virou assim e disse: "pra quem acreditar".

Bem. E por isso que eu não acredito. O Feitiço é pra quem acredita.

Ela tava mexendo e Deus passou assim e disse: "Que está fazendo, Bárbara?" Ela disse "feitiço".Pra quem acreditar.

Atualmente, os rituais espíritas são chamados de Mesa de Santo. Na Comunidade existem duas "Mesas": de Cosme Damião de Santa Bárbara. Porém, única que "bate o tambor" ou recebe guia é Dona Maria, que é "quem guenta regaço". Ela tem mesa de Cosme e Damião. A Mesa de Santa Bárbara atravessou gerações dentro da Comunidade, mas hoje se encontra inativa, limitando-se apenas a pequenos rituais periódicos, como o da lavagem da santa.

De forma geral, as mesmas pessoas que participam efetivamente do ritual de lavagem de Santa Bárbara participam também das celebrações da igreja católica De Linharinho. Até mesmo porque a igreja católica exerce, hoje, um papel que abrange o âmbito religioso ao mesmo tempo em que funciona como local de articulação política e social (INCRA, 2005).

Por se localizar na margem da rodovia, se tornou o ponto de referência da Comunidade. O campo de futebol fica logo atrás e a escola ao lado, onde funcionam a 1ª e 2ª series. A 3ª e 4ª funcionam no interior da própria igreja, a fim de aproveitar o espaço físico e assentos, pois não possuem recursos para construir um local adequado nem para equipar o mesmo (INCRA, 2005).

A padroeira da igreja é Santa Bárbara, a mesma santa da Mesa de Santo, a mesma Bárbara que fazia feitiço. O sincretismo religioso denuncia a história de perseguição que, durante o período da escravidão, os escravos sofreram, tendo que dar aos seus deuses os nomes dos deuses católicos. A santa está relacionada aos rituais antigos da Cabula e sua imagem permanece presente, não apenas no altar da igreja, mas na Casa de Santa Bárbara. A maioria dos rituais não são mais praticados –ou, pelo menos não o são abertamente – mas ainda existem aqueles que prezam pela Mesa de Santo e em oferecer, periodicamente, oferendas e sacrifícios.

### 3.1.7. DENDÊ E PEDRA DE CURISCO

O dendê e a pedra de curisco são elementos naturais utilizados em rituais religiosos desde os tempos passados. Atualmente ainda compõem a chamada Mesa de Santo (antigo ritual da Cabula), que foi passada como herança

familiar a descendentes diretos. Juntamente com o dendê e a pedra de curisco, fazem parte da Mesa velas, toalha e pequenas imagens e utensílios sagrados.

O dendê está associado ao poder curativo. Os mais antigos dizem que antes “não tinha doença” porque “quem come dendê nada pega”. (ENTREVISTA COM MIÚDA, 2008). A fumaça utilizada durante as celebrações funciona como uma espécie de purificação e espanta os espíritos maus (*foto 3*).

Os rituais de lavagem do santo da Mesa também são realizados com dendê, como na *foto 4* em que D. Baiquinha aparece lavando a imagem de Santa Bárbara e as pedras de curisco que compõem a Mesa.

Apesar de não haverem mais cultos à Santa Bárbara, frequentemente o ritual de lavagem é realizado por algumas mulheres da Comunidade, que apresentam logo após a lavagem, oferendas como milho assado, cachaça e sangue de galinha.

A água do rio utilizada para o ritual é, após o uso, reaproveitada para lavar partes do corpo, como uma espécie de “água benta” ou um amuleto, servindo de proteção.

A pedra de curisco é chamada pelos quilombolas também de “pedra do trovão”. Ela é formada debaixo da terra nos dias de trovoada. Segundo os antigos, o trovão é enviado por Santa Bárbara quando ela está brava. No ponto em que cai, perfura a terra e forma a pedra que deverá ser usada para as celebrações das Mesas.

O trovão é temido e respeitado pelos moradores e durante períodos de ocorrência de trovoadas eles têm o costume de esconder objetos metálicos e espelhos por acreditarem que tais objetos atraem as descargas elétricas para dentro de casa.

A riqueza simbólica presente no imaginário coletivo de Linharinho é de grande relevância para conhecer a essência do grupo, pois é dessa forma que este manifesta a própria existência. A ideologia por traz dos significados simbólicos estrutura sua visão de mundo e cria objetos concretos, da mesma forma que o universo social é composto pela mistura entre a realidade e a ideologia. Por esse motivo, “a ideologia não pode apenas ser vista em termos subjetivos (...) mas também a partir de sua realidade concreta, fatural” (SANTOS, 2005).

A religiosidade é um elemento essencial para o entendimento dos objetos ideológicos, uma vez que participa do processo de construção de subjetividades e liga de certa forma, a geração atual com os antigos escravos de Dona Rita Cunha, do século XIX. A religião é o elo entre passado e presente e se inscreve na paisagem através dos lugares sagrados.

A mata era o refúgio secreto dos rituais da cabula, mas, com a perda das terras e a presença imponente do eucalipto a paisagem simbólica foi prejudicada. A terra em que antigamente ficava a “morada de Santa Bárbara” foi expropriada, bem como o cemitério dos escravos. Sobre os objetos ideológicos outrora concretos está plantada uma imensidão de eucaliptos.



FOTO: JULIANA ROMANO

*Foto11: Queimando o dendê para defumar os espíritos maus.*

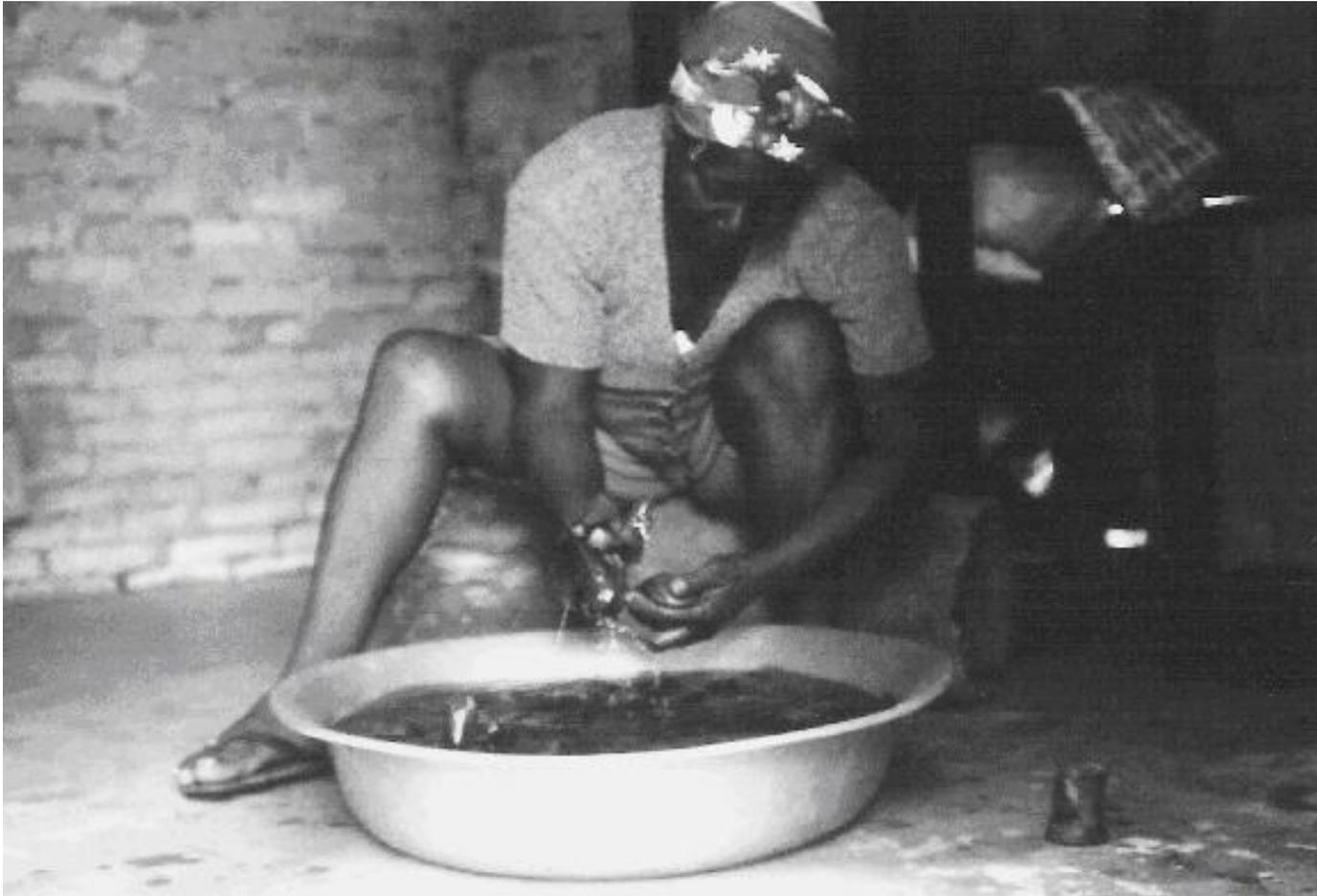


FOTO: JULIANA ROMANO

*Foto 12: Dona Baiquinha lavando as Pedras de Curisco da Mesa de Santa Bárbara*



*Foto 13: Lavagem da Mesa de Santa Bárbara.*

FOTO: JULIANA ROMANO

### 3.1.8. ROÇA DE MANDIOCA

A produção de farinha é uma importante atividade econômica e cultural da Comunidade. Desde os tempos do Negro Rugério, como foi dito, os descendentes de escravos eram eméritos no assunto: a produção era em larga escala e vendida pra outros estados do país.

Essa atividade sofreu grandes alterações com a chegada da Aracruz Celulose. Isso porque os eucaliptos, além de ocuparem as terras da Comunidade e de todos os transtornos ambientais já relatados, pelo fato serem arbóreos e homogêneos, impedem a incidência de raios solares sobre o roçado ao longo do dia, elemento que é de fundamental importância ao desenvolvimento das plantas. À sombra dos eucaliptos, a roça de mandioca encontra obstáculos para crescer.

Na época de corte dos eucaliptos há outro agravante: a infestação de cupins. Com a ausência do eucalipto, os cupins recorrem às plantações e construções. Antes do advento do eucalipto, existiam predadores no ecossistema local que controlavam a população da praga<sup>6</sup>, impedindo a proliferação de uma superpopulação de cupins. Como esse controle natural não ocorre mais, a única forma encontrada de controlar os impactos é causando outro tipo de impacto, através do uso de insumos químicos.

Hoje, porém, a produção se limita, na maior parte, aos quintais das casas (*vide figura 1*. O grande engenho do Negro Rugério agora se limita a alguns pontos de venda no município de Conceição da Barra, onde a farinha é, em parte,

---

<sup>6</sup> É classificada como “praga” a espécie que causr redução da produção agrícola (site UNB, 2008)

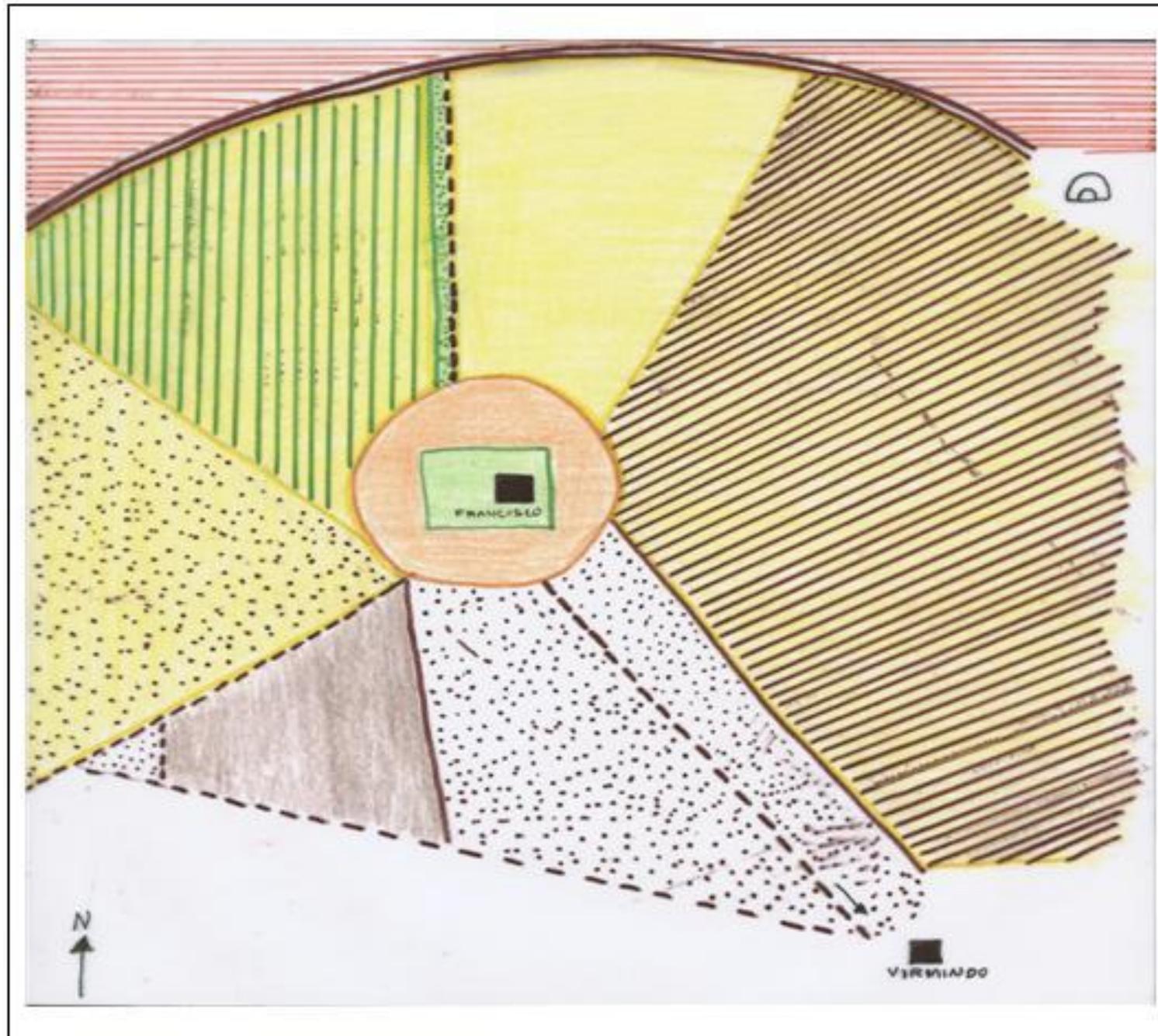
vendida. Entretanto, quando em épocas de estiagem ou perda na produtividade – devido também à falta de infraestrutura para dar suporte à agricultura local – a produção é apenas para o consumo dos moradores.

Apesar da pequena produção, a qualidade da mandioca é bem diversificada. Encontra-se num pequeno terreno várias espécies de mandioca (e aipim), por exemplo: aipim sinhá-ta-na-mesa, tesorinha, mandioca unha, macaxeira, mandioca mucuri (tem de três tipos), Rio-grande e aipim-caixão. Os saberes dos antigos revelam tanto essas diferenças de espécies quanto das formas de a cozinhar o aipim e a mandioca. Segundo eles não são todos os tipos de mandioca que se pode cozinhar, por isso ela é mais voltada à produção de farinha. Para cozinhar, preferem o aipim, que pode ser da mesma forma, transformado em farinha.

A farinha é um alimento produzido e também muito consumido pelos habitantes de Linharinho. Ela é parte fundamental da culinária local, tanto que quando a farinheira (engenho de produção de farinha) utilizada por eles não funciona, eles compram farinha nos supermercados e vendas da redondeza.

A maioria das pessoas de fora da Comunidade, com uma visão externa em relação ao local, não conseguiria distinguir entre elas, mas o habitante conhece a terra e cada variação da espécie, a época de plantar e colher, bem como suas implicações na culinária.

De acordo com Tuan (1980) “os valores estão implícitos nas atividades econômicas das pessoas, no comportamento e estilo de vida”. Percebe-se então que os habitantes de Linharinho, mesmo com o advento do eucalipto, não deixaram de plantar e principalmente plantar a mandioca (e aipim), apesar da falta de infraestrutura para produzir e da pequena produção.



Legenda:

- Estrada
- Caminho
- Trilha
- Casa
- Farinheira
- Forno de carvão

Vegetação e uso do solo:

- Abacaxi
- Jardim
- Mandioca e café
- Mandioca, café e coco
- Mandioca, feijão e apim
- Café
- Mandioca e apim
- Espécies frutíferas (Acaçá, cana, abacate, mamão, abacaxi, goiaba, coco, amora, banana, pinha)
- Eucalipto (quilombola)

N



Casa de Francisco Jorge dos Santos  
 Núcleo Muro  
 Coordenadas da casa  
 X: 416381  
 Y: 7948996

ORÇULA - USO DO SOLO  
 SEM ESCALA

## Croqui 24

Organização: Juliana Romero e Vanessa C. Martins  
 Data: Dezembro / 2004

Portanto, mais do que uma atividade econômica, a roça de mandioca é um símbolo que acabou se dissociando do movimento de transformação espacial, dominado pela monocultura empresarial. Porém o valor simbólico que adquiriu ao longo da história continua o mesmo, guardando a mesma identidade com as gerações passadas e com a terra, independente do contexto atual (SANTOS, 2002).

### 3.1.9. FORNOS DE CARVÃO

Os fornos de carvão são elementos comuns na paisagem de Linharinho, presente, sobretudo, nos quintais das casas.

A produção de carvão vegetal é hoje a principal atividade econômica da Comunidade. É uma atividade recente que surgiu como alternativa às dificuldades crescentes na roça – “o eucalipto deixou a terra seca”.

Vermindo, presidente da Associação de Pequenos Produtores do Linharinho afirma que:

“Então, esse facho<sup>7</sup> apareceu assim rapidinho, aí tão trabalhando, né, assim no facho, que um, no momento não a coisa, não tá resolvendo, não é a solução. Não tá resolvendo o problema. Como é uma coisa que veio imediatamente, o povo tão pegando porque sai até um dinheirinho mais rápido, mas não é um dinheiro assim que vai dizer que dá prá pessoa, prá família toda sobreviver.”

A coleta do facho para a produção de carvão “constituía-se numa prática realizada por algumas famílias em pequena escala, para gerar uma pouca renda” (INCRA, 2005). Mas a escassez de terras e os impactos na fertilidade dos solos gerados pela monocultura na região,

---

<sup>7</sup> Para produzir o carvão é necessário o “facho”: resíduo do eucalipto que, a princípio, não é aproveitado no processo de fabricação de celulose.

levaram os habitantes a uma corrida para os fornos de carvão a fim de receber o que para algumas famílias seria a única fonte de renda.

A produção de carvão se tornou a alternativa encontrada pela Comunidade para não sucumbir em meio à vastidão verde e inóspita dos eucaliptos e uma tentativa de tirar proveito ou se inserir no processo dialético espacial. Segundo Milton Santos:

“Os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento” (SANTOS, 2002).

A atividade consiste em coletar os resíduos de eucalipto, lançá-los num forno feito de barro construído pelos quilombolas, no qual os fachos são torrados em alta temperatura. A produção é vendida a preços baixos a atravessadores que a comercializam, porém não há comprador fixo.

“Em um local plano, (...), depara-se com a fileira de fornos semelhantes a iglus envolvidos pela fumaça, cujo cheiro forte faz arder os olhos e impregna tudo e todos ao redor. Pilhas de madeira esperam a vez de ir para o forno e montes de carvão, às vezes, ainda fumegantes, pelo ensacamento. Os trabalhadores, geralmente seminus, têm o corpo coberto pela fuligem e deles, muitas vezes, somente se vêem os olhos e os dentes.” (DIAS, Assunção, GUERRA, Prais, 2002).

Essa atividade “configura-se como um espaço de encontro e sociabilidade dos membros de Linharinho.” (INCRA, 2005) e uma conquista das comunidades quilombolas do Sapê do Norte pelo direito de pegar o facho nas áreas de plantio de eucalipto, onde era proibida a entrada dos moradores. Após conflito que envolveu quilombolas que coletavam o facho e a Aracruz, se tornou possível coletar o facho, porém sob a condição dos trabalhadores serem devidamente cadastrados.

A exposição do trabalhador com o trabalho nas carvoarias compromete as condições de vida e saúde e a relações de trabalho instáveis, sem garantia dos direitos trabalhistas básicos. As condições de trabalho são inadequadas, sem o mínimo conforto, os instrumentos de trabalho são arcaicos e sem proteção, o trabalho é monótono e sob tensão. As exigências de grande esforço físico, a radiação solar

excessiva, o calor emitido pelos fornos e as substâncias químicas produzidas na combustão da madeira são algumas das condições de risco para saúde deles, podendo comprometê-la de forma irreversível. (Dias, Assunção, Guerra, Prais, 2002).



*Foto 14: Fornos de carvão*

FOTO: JULIANA ROMÃO

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode perceber por trás de uma paisagem há várias realidades, as quais dependem diretamente do passado, dos laços, da história, dos momentos vivenciados (ou não experimentados).

No caso de Linharinho, um transeunte, ao passar pela monocultura poderia apreciar o que está a alcance dos seus olhos. Porém, se estudar a história do lugar descobrirá que soterrados pela ganância verde (não me refiro aqui ao eucalipto em sim à lógica capitalista de exploração que impera sobre o território ocupado pelo eucalipto) estão centenas de homens e mulheres que lutaram, no passado, pela liberdade da opressão escravista e que, hoje, imprensados por esse mesmo deserto verde estão dezenas, ou centenas de famílias que ainda hoje lutam pela liberdade de terem seus direitos conquistados.

Apesar dos problemas socioambientais existentes, a maioria prefere morar na comunidade a ir para a cidade, e deseja que os filhos também permaneçam ali. Existe a preocupação com os jovens da Comunidade. Os pais não querem que os filhos migrem para as cidades à procura de subempregos e “melhores condições de vida”, eles querem proporcionar essa oportunidade aos filhos ali mesmo, longe dos fantasmas do medo, do desemprego e da violência que está por traz das “luzes” das cidades.

VERMINDO: “Então, a nossa preocupação hoje é apesar das crianças que vão chegando, e nossos filhos: aonde vão morar? Aonde vão ficar? Vão prá cidade? Vão prá favela? Prá virar assaltante? Prá virar e “tal”. Porque, se eles ir prá cidade nós não vamo encontrar serviço prá esse tanto de pessoa. Prá gente vê que não tem trabalho prá esse tanto de gente nas capital.”. (ENTREVISTA, 2004)

Mesmo com a pressão da VISEL, dos conflitos com a Polícia Militar e, mais recentemente, com o IBAMA, a percepção deles, dos pais, a respeito da Comunidade é como – semelhante ao tempo do antigo Quilombo do Morro – refúgio e proteção. Há o receio do “mundo lá fora” e a saída seria se abrigar no território e se proteger de um sistema que não é mais escravista, mas que ainda oprime a população pobre e negra do país.

O desejo em ter de volta o território está associado à vontade de plantar, de cultivar a terra e criar animais soltos para a subsistência, tal como acontecia na época dos antepassados. Esse anseio continua presente nas falas dos quilombolas em Linharinho:

MIÚDA: “O território é bom para fazer algum trabalho em renda prá subsistência da nossa comunidade, né?! (...) Então, antigamente, não tem espaço [hoje] prá você, é, plantar e nem criar o seu porco, que não tem mais espaço, suas galinha, como o porco. Tinha espaço do território. Então o povo quilombola tinha nos antepassados, não tinha grande roça, mas eles tinha seu território que eles podia viver da sua caça, da sua pesca (...).Eles tinha sim, a sua roça pequena, mas fazia sua farinha, tinha seu feijãozinho pequeno, prá criar seus filhos”

É importante ressaltar que, apesar de alegações da Aracruz de que nos 88 mil ha plantados com eucalipto através do Programa Produtor Florestal mais de cinco mil empregos são gerados “e vem ajudando a fixar o homem no campo” (ARACRUZ CELULOSE, 2006) a realidade na Comunidade é prova de que essa constatação não é verdadeira. Ao contrário do que diz a Aracruz e do que costuma ser divulgado pela mídia, a oferta de empregos por parte da empresa é baixa. Segundo dados do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) - apenas para termos comparativos - estipula-se que a oferta de empregos na agricultura camponesa é de um a três por hectare. Na cafeicultura, a média é de um emprego por hectare. Ao passo que "na eucaliptocultura a média é de um emprego por 30 hectares" <sup>8</sup>.

Os empregos gerados em nada favorecem as comunidades negras rurais, que são obrigadas a viver “imprensadas” entre os eucaliptos.

---

<sup>8</sup> Valmir Noventa, um dos coordenadores do MPA no Espírito Santo *apud* COIMBRA, 2006

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Guilherme de Andrade. **Os impactos ambientais da expansão das monoculturas de árvores exóticas e a sustentabilidade de comunidades ruraia do rio grande do sul, Brasil.** <http://www.defesabiogaucha.org/textos/texto17.pdf>

AGUIAR, Maciel de. **Negro Rugério – farinha de mandioca e chicote.** Série História dos Vencidos, Caderno 6. São Mateus: Centro Cultural Porto de São Mateus/ Editora Brasil-Cultura, 2007.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. **A obra de Humboldt e sua provável influência sobre a antropologia de Franz Boaz.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 18, pp. 67 - 79, 2005

ARACRUZ CELULOSE. **Relatório Anual e de Sustentabilidade 2006.** *in:* [www.aracruz.com.br](http://www.aracruz.com.br)

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço** . Coleção “Os Pensadores”. Ed. Martins Fontes. 1993

BENTHAM, Jeremy. **O Panóptico.** Org. e trad.: Tomaz Tadeu da Silva. BH: Autêntica, 2000.

COIMBRA, Ubervalter. **Faes reconhece: eucalipto toma lugar do café no ES.** *In:* Século Diário. Ed. Setembro de 2006.

\_\_\_\_\_. **Fomento Florestal, a grande jogada da Aracruz Celulose contra o agricultor.** *In:* Século Diário. Ed. Fevereiro de 2005.

CORREA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas.** RJ: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_, ROSENDAHL,Zeny. **Introdução à Geografia Cultural.** RJ: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Geografia Cultural do Milênio.** *In:* Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro.Ed.UERJ: 1999.

CAVALCANTE, José Luiz. **A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra.** *Histórica: revista online do Arquivo Público de São Paulo*, 2005.

DIAS, Elizabeth Costa; ASSUNÇÃO, Ada Ávila; GUERRA, Cláudio Bueno; PRAIS, Hugo Alejandro Cano **Processo de trabalho e saúde dos trabalhadores na produção artesanal de carvão vegetal em Minas Gerais, Brasil.** *In: Cadernos de Saúde Pública v.18 n.1 Rio de Janeiro: feb. 2002.*

FERREIRA, Simone Batista. **Da Fartura à Escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no extremo norte do Espírito Santo.** 2002, 180f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. 2002.

FISCHER, Dailey; AGUDELO, L.P. Peralta. **Imapctos Socioeconômicos e ambientais da Implantação da Energia Elétrica: um estudo de caso no entorno do Parque Nacional do Superagüi** *in: Semana de Tecnologia. CEFET:PR, 2003*

JUNIOR, Lisbão. **Responsabilidade Social no Contexto da Colheita e Transporte Florestal: o caso da Aracruz Celulose S.A.** *in: VIII Simpósio Brasileiro sobre Colheta a Transporte Florestal. Uberlândia, 2007.*

*Geographia: Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF.* MACIEL, Caio Augusto Amorim. **Morfologia da Paisagem e Imaginário Geográfico: uma encruzilhada onto-gnoseológica.** Vol 06. Rio de Janeiro, 2001.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

PROENÇA FILHO, Domício. **Estilos de época na literatura.** 15 ed. São Paulo: Ática, 1995

RA'E GA - O Espaço Geográfico em Análise. GRÖNING, Gert. **A Questionabilidade do Conceito de Paisagem.** Vol 08. Paraná: Ed UFPR, 2004.

\_\_\_\_\_. MAXIMIANO, Liz Abad. **Considerações sobre o Conceito de Paisagem**. Vol 08. Paraná: Ed UFPR, 2004.

3º Encontro Interdisciplinar sobre o Estudo da Paisagem. OLIVEIRA, Livia, MACHADO, Lucy M. C. Philadepho (org). AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. **A Formação do Conceito de Paisagem Geográfica: os fundamentos clássicos**. Rio Claro: UNESP, 1998.

RATTS, Alecsandro J.P. **(Re)conhecer Quilombos no Território Brasileiro**: estudos e mobilizações.

Relatório Técnico de Identificação da Comunidade Quilombola de Linharinho, Projeto Territórios Quilombolas do Espírito Santo – INCRA/UFES/APAGEES, 2005.

RESENDE, Eliseu. **As Rodovias e o Desenvolvimento do Brasil**. VII Congresso Mundial da Federação Rodoviária Internacional. Munique, 1973.

RODRIGUES, Eder Bomfim. **Igualdade e Inclusão Social no Brasil**: ações afirmativas na UnB *in*: Jus Navigandi nº 862 , 2005.

ROSENDAHL, Zeny...

SALOMÃO, Juliana Freitas. **O Outro Lado do Desenvolvimento** : o bairro São Benedito (Vitória/ES) e os impactos urbanos da agroindústria da celulose. CCJE/IPPUR, Rio de Janeiro, 2006

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: USP, 2002.

TUAN, Yi-fu. Topofilia - um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo / Rio de Janeiro: Difel, 1980.

**[www.seaq.es.gov.br](http://www.seaq.es.gov.br)**

**[http://200.18.140.139/files/luciano\\_lisbao\\_aracruz\\_celulose.pdf](http://200.18.140.139/files/luciano_lisbao_aracruz_celulose.pdf)**